



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
ITARANA - ESPÍRITO SANTO


CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA

Protocolo de Fis. 14-F Sob N° 374

Em 27 de setembro de 2017

Jandete de Lima Malta
Assistente Legislativo e
Administrativo CMI/ES

OF.PMI/GP/N°361/2017

Itarana/ES 26 de setembro de 2017.

C.M.I. - ES
N° 003/17
<i>J</i>

Senhor Presidente e demais Edis

Encaminho-vos, em anexo, a esta casa de Leis, os projetos de lei abaixo descritos.

- **DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**
- **ALTERA A LEI MUNICIPAL N° 1115/2014 QUE ADOTA O DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, INSTITUÍDO E ADMINISTRADO PELA AMUNES, COMO VEÍCULO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS E ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO DE ITARANA/ES.**

Atenciosamente.


ADEMAR SCHNEIDER
Prefeito Municipal

- Encaminhe às
Comissões.

- Itarana 27.09.2017


Emmanuel de Aquino e Souza
Presidente da CMRES

Ao Excelentíssimo Senhor
EMMANUEL DE AQUINO E SOUZA
Presidente da Câmara de Vereadores
De Itarana/ES



C.M.I. - ES
Nº 00217
4

Itarana – ES, 26 de setembro de 2017

MENSAGEM Nº _____ 2017

ENCAMINHA PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Excelentíssimo Senhor
Vereador **EMMANUEL DE AQUINO E SOUZA**
MD Presidente da Câmara Municipal
Itarana/ES

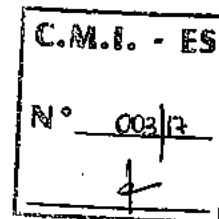
Encaminhamos a Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos ilustres Pares dessa Câmara Municipal, o apenso Projeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2018, conforme o disposto no § 2º do art. 165, da Constituição Federal.

O Projeto de Lei em pauta objetiva orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual, atendendo a todos os requisitos legais previstos no § 2º do art. 165, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº. 101/2000, compreendendo:

- as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- equilíbrio entre receitas e despesas;
- critérios e formas de limitação de empenho;
- normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
- parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- definição de critérios para início de novos projetos;
- definição das despesas consideradas irrelevantes;
- as disposições gerais.

Os dispositivos constantes do presente Projeto de Lei são de extrema importância para que a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2018

Rua Elias Estevão Colnago, 65 Centro Itarana/ES CEP: 29620-000 Tel: (27) 3720-4900



contenha as bases necessárias para que o Governo Municipal alcance os seus objetivos.

Em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000, integram o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias:

- as Metas e Prioridades;
- as Metas Fiscais;
- os Riscos Fiscais.

A estimativa de arrecadação da receita para o triênio 2018-2020, prevista no anexo de Metas Fiscais foi estimada e adequada para os valores constantes nos Anexos de Metas Fiscais do presente Projeto de Lei, objetivando equalizar as receitas da Prefeitura Municipal de Itarana à realidade de arrecadação do Município e ao cenário econômico projetado pelo Governo Federal e Estadual, em conformidade com o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante do exposto, Senhor Presidente, submetemos o presente Projeto de Lei à consideração de Vossa Excelência e nobres Edis, esperando que o mesmo venha a merecer acolhida favorável.

Reiteramos, na oportunidade, a Vossa Excelência e a seus Pares, os nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


ADEMAR SCHNEIDER
Prefeito Municipal



C.M.I. - ES
Nº 025/17
↓

109 025/17
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

me observaçã

PROJETO DE LEI Nº 025/2017

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITARANA, Estado do Espírito Santo, faz saber que o Poder Legislativo do Município de Itarana-ES aprovou e o chefe do Poder Executivo sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º O orçamento do Município de Itarana/ES, para o exercício financeiro de 2018, será elaborado e executado segundo as diretrizes gerais estabelecidas nos termos desta Lei em cumprimento ao § 2º do art. 165, da Constituição Federal, do art. 4º da Lei Complementar e da Lei Orgânica Municipal, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II - a organização e estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes gerais para elaboração da lei orçamentária anual e suas alterações;
- IV - as diretrizes para execução da Lei Orçamentária;
- V - as disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do município;
- VII - as disposições relativas às despesas com pessoal;
- VIII - as disposições finais.

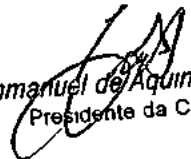
**CAPÍTULO I
Das Prioridades e Metas da Administração Municipal**

Art. 2º Em obediência ao disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, esta lei definirá as metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o estabelecido no Anexo I que a integra esta lei, em compatibilidade com a programação dos orçamentos e os objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual.

Art. 3º Em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, resultado nominal e o montante da dívida pública para o exercício de 2018, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII que integram esta Lei, em obediência a Portaria nº. 403, de 28 de junho de 2016, expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Lido Oficial expedite SO de 27/09/2017

Judica-se na Ordem do Dia da SO de 25/10/2017


Emmanuel de Aquino e Souza
Presidente da CMI/ES

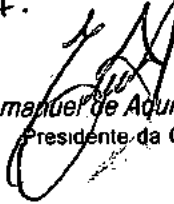
Aprovado em Primeira votação por

unanimidade

Sala das Sessões, 25 / 10 / 2017


Presidente
Emmanuel de Aquino e Souza
Presidente da CMI/ES

Judica-se na Ordem do Dia da SO de 08/11/2017.


Emmanuel de Aquino e Souza
Presidente da CMI/ES

Aprovado em Segunda votação por

unanimidade

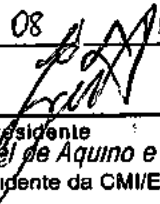
Sala das Sessões, 08 / 11 / 2017


Presidente
Emmanuel de Aquino e Souza
Presidente da CMI/ES

A SANÇÃO

do Ex^o. Sr. Prefeito Municipal

Sala das Sessões, 08 / 11 / 2017


Presidente
Emmanuel de Aquino e Souza
Presidente da CMI/ES



C.M.I. - ES	
Nº	COS/13
f	

Art. 4º Os Anexos de Metas Fiscais referidos no artigo anterior, constituem-se dos seguintes informações:

- I - Demonstrativo I: Metas Anuais;
- II - Demonstrativo II: Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III - Demonstrativo III: Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV - Demonstrativo IV: Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - Demonstrativo V: Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - Demonstrativo VI: Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;
- VII - Demonstrativo VII: Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VIII - Demonstrativo VIII: Margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo único. Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá as Metas Fiscais do Município.

CAPÍTULO II

Da Organização e Estrutura dos Orçamentos

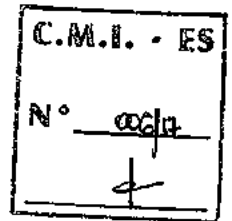
Art. 5º Os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social discriminarão a despesa por Unidade Orçamentária, segundo a classificação funcional-programática estabelecida pela Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, expedida pelo Ministério de Orçamento e Gestão, especificando discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I, do § 1º, do art. 2º, e § 2º, do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, especificando para cada projeto, atividade e operação especial os grupos de despesas com seus respectivos valores.

Art. 6º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais



resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - operação especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

Art. 7º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores em metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Art. 8º Cada atividade, projeto e operação especial, identificará a função, subfunção, o programa de governo, a unidade e o órgão orçamentário, às quais se vinculam.

Parágrafo único. Na indicação do grupo de despesa a que se refere o caput deste artigo será obedecida a seguinte classificação estabelecida em norma federal:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - juros e encargos da dívida;
- III - outras despesas correntes;
- IV - investimentos;
- V - inversões financeiras;
- VI - amortização da dívida;
- VII - reserva de contingência.

CAPÍTULO III

Das Diretrizes Gerais para Elaboração da Lei Orçamentária Anual e suas Alterações

Art. 9º. O orçamento do Município para o exercício de 2018 será elaborado e executado visando a obedecer entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, em consonância com o disposto no § 1º, do art. 1º, alínea "a" do inciso I, do art. 4º e art. 48 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, e a ampliação da capacidade de investimento.

Art. 10. Os estudos para definição da estimativa da receita para o exercício financeiro de 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, considerará os efeitos das alterações na



C.M.I. - ES
Nº 002/17
+

legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes, conforme preceitua o art. 12 da Lei Complementar nº. 101, de maio de 2000.

Art. 11. No Projeto de Lei da Proposta Orçamentária Anual, as receitas e as despesas serão orçadas em moeda corrente (real), estimados para o exercício de 2018.

Art. 12. O Poder Legislativo do Município de Itarana e o SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itarana encaminharão ao Poder Executivo até 15 de outubro de 2018, a descrição e valores das suas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei da Proposta Orçamentária Anual.

I - proposta orçamentária da despesa do Poder Legislativo observará o disposto no art. 29-A da Constituição Federal, bem como a previsão da receita municipal para o exercício financeiro de 2018;

II - os duodécimos repassados ao Poder Legislativo, não ultrapassarão os percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior, conforme disposto no inciso I do art. 29-A da Constituição Federal;

III - na efetivação do repasse mensal dos duodécimos ao Poder Legislativo, observar-se-á o limite máximo de repasse estabelecido pelo inciso I, do art. 29-A da Constituição Federal, sendo vedado o repasse de qualquer outro valor em moeda corrente.

Art. 13. Na programação da despesa serão observadas:

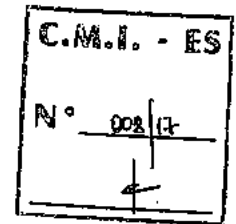
I - nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos;

II - não poderão ser incluídas despesas a título de Investimento – Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do §§ 2º, 3º do art. 167, da Constituição Federal e do art. 65 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000;

III - o município fica autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, quando atendido o art. 62, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 14. os órgãos da administração indireta e instituições que receberem recursos públicos municipais, terão suas previsões orçamentárias para o exercício de 2018 incorporados à proposta orçamentária do Município.

Art. 15. Somente serão incluídas, na Proposta Orçamentária Anual, dotações para o pagamento de juros, encargos e amortização das dívidas



decorrentes das operações de crédito contratadas ou autorizadas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal.

Art. 16. A Receita Corrente Líquida, definida de acordo com inciso IV do art. 2º, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, será destinada, prioritariamente aos custeios administrativos e operacionais, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de amortizações, juros e encargos da dívida, à contrapartida das operações de crédito e às vinculações, observadas os limites estabelecidos pela mesma lei.

Art. 17. O Poder Executivo destinará, no mínimo, 15% (quinze por cento) das seguintes receitas arrecadadas durante o exercício de 2018, destinadas as ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto no art. 198 da Constituição Federal e Emenda Constitucional nº. 141/2012, e no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme disposto no art. 212 da Constituição Federal:

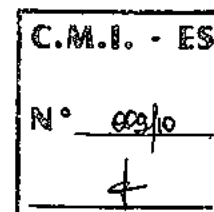
- I - do total das receitas de impostos municipais (ISS, IPTU, ITBI);
- II - do total das receitas de transferências recebidas da União (quota-parte do FPM; quota-parte do ITR; quota-parte de que trata a Lei Complementar nº 87/96 - Lei Kandir);
- III - do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF;
- IV - das receitas de transferências do Estado (quota-parte do ICMS; quota-parte do IPVA; quota-parte do IPI – exportação);
- V - da receita da dívida ativa tributária de impostos;
- VI - da receita das multas, dos juros de mora e da correção monetária dos impostos e da dívida ativa tributária de impostos.

Art. 18. Na programação de investimentos serão observados os seguintes princípios:

- I - novos projetos somente serão incluídos na lei orçamentária após atendidos os projetos em andamento, contempladas as despesas de conservação do patrimônio público e assegurada a contrapartida de operações de créditos;
- II - as ações delineadas nesta Lei, terão prioridade sobre as demais.

Art. 19. A dotação consignada para Reserva de Contingência será de no máximo 2,0% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida estimada para 2018.

§ 1º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, expedida pelo Ministério do Orçamento e Gestão, art. 8º da Portaria



Interministerial nº. 163, de 04 de maio de 2001, Expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional, conjugado com o disposto na alínea "b" do inciso III do art. 5º, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a Riscos Fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2017, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares as dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 20. As Unidades Orçamentárias integrantes do Orçamento Municipal, poderão, mediante Decreto do Poder Executivo, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2018 e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, estendendo-se a presente alteração, inclusive, aos créditos adicionais suplementares.

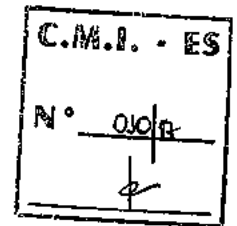
Art. 21. A Lei Orçamentária Anual conterà autorização para abertura de crédito adicional suplementar em percentual igual ou superior à 50% (cinquenta por cento) do valor da despesa fixada, os quais deverão ser abertos mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo, de acordo com o disposto no Art. 42 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, utilizados como fonte de recursos as definidas no Artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64 de 17 de Março de 1964 e recursos de Convênio, conforme parecer consulta do TCEES nº. 028 de 06 de julho de 2004, podendo os referidos créditos adicionais suplementares serem abertos entre as unidades gestoras integrantes do orçamento consolidado do município.

Parágrafo único. Será considerado nulo de pleno direito, qualquer proposição realizada na Lei Orçamentária Anual de 2018, que vise reduzir o limite mínimo estabelecido neste artigo.

Art. 22. O orçamento fiscal compreenderá os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgão e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo município.

CAPÍTULO IV **Das Diretrizes para Execução da Lei Orçamentária**

Art. 23. O Orçamento para exercício de 2018 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, conforme disposto no arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF.



Art. 24. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2018, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º. Para a limitação de empenho terão prioridades as seguintes despesas:

- I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;
- V - dotações destinadas a subvenções sociais e transferências voluntárias.

§ 2º. Excluem da limitação prevista no caput deste artigo:

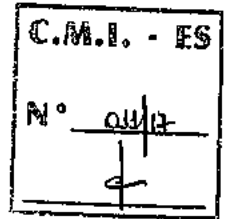
- I - as despesas com pessoal e encargos sociais;
- II - as despesas com benefícios previdenciários;
- III - as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;
- IV - as despesas com PASEP;
- V - as despesas com pagamento de precatórios e sentenças judiciais;
- VI - as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§ 3º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 4º. O Poder Executivo e o Poder Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 5º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Art. 25. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações de governo.



Art. 26. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alterações de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título e a reestruturação organizacional, pelo Poder Executivo e o Poder Legislativo, somente serão admitidos:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se observado o limite estabelecido no inciso III do art. 20, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

III - através de lei específica.

Art. 27. A execução orçamentária, direcionada para a efetivação das metas fiscais estabelecidas, deverá ainda, manter a receita corrente superavitária frente às despesas correntes, com a finalidade de comportar a capacidade própria de investimento.

Art. 28. Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual, conforme previsto no § 5º do art. 5º da LRF).

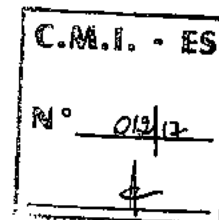
Art. 29. O Poder Executivo poderá firmar convênios, termos de fomento, termos de colaboração e acordos de cooperação, respectivamente na forma da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Federal nº 13.019/2014, bem como conforme demais normas aplicáveis à espécie, com outras esferas do governo e instituições privadas para o desenvolvimento dos programas de interesse social dos municípios, com ou sem ônus para o município.

Art. 30. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

§ 1º. Os pagamentos serão efetuados após aprovação pelo Poder Executivo do Plano de Trabalho apresentado pela entidade beneficiada.

§ 2º. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo fixado pelo Poder Executivo, na forma estabelecida no termo de convênio, termo de fomento, termo de colaboração e acordo de cooperação firmado.

Art. 31. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito, nos termos do art. 45 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.



Art. 32. As despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária, observando o disposto no Art. 62 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 33. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com outras esferas de Governo, no ensino superior, com a finalidade de gerar mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho.

CAPÍTULO V

Das Disposições sobre a Dívida Pública Municipal

Art. 34. A Proposta Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2018 poderá conter autorização para contratação de operação de crédito para atendimento a despesas de capital observado o limite estabelecido por resolução do Senado Federal.

Art. 35. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica, nos termos do Parágrafo único do art. 32, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

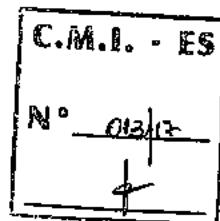
CAPÍTULO VI

Das Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 36. O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vista a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 37. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita, nos termos do inciso II do § 3º do art. 14, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 38. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas



de compensação, conforme dispõe o § 2º do art. 14, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Para incentivar a arrecadação, fica o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a instituir através de Decreto, campanha de estímulo de pagamento de tributos através de Sistema de Sorteio de Prêmios, para os contribuintes do Imposto Predial e Territorial Urbano e dívida ativa.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal

Art. 39. O Poder Executivo, o Poder Legislativo e Administração Indireta, mediante lei autorizativa, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras estabelecidas pela legislação em vigor.

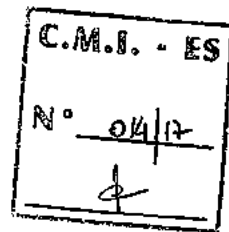
Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2018 e em seus créditos adicionais.

Art. 40. Ressalvada a hipótese do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes Executivo e Legislativo, não excederá os limites estabelecidos para gastos com pessoal na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 41. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no inciso III do art. 20, inciso V do Parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 42. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na legislação em vigor:

- I - eliminação de gratificações e vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - dispensa de servidores admitidos em caráter temporário.



CAPÍTULO VIII Das Disposições Finais

Art. 43. O Projeto de Lei da Proposta Orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2018, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 44. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 13 e 8º da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 45. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do exercício vigente.

Art. 46. Caso o projeto de lei orçamentária de 2018 não seja sancionado até 31 de dezembro de 2017, a programação dele constante poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada unidade orçamentária, na forma original da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva lei não for sancionada.

Art. 47. São vedados quaisquer procedimentos, no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e Contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem comprovação e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

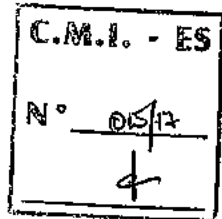
Art. 48. Os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos 04 (quatro) meses do exercício financeiro de 2017, poderão ser reabertos, no limite de seus saldos, os quais serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro de 2018, conforme o disposto no § 2º do art. 167, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Na reabertura dos créditos a que se refere este artigo, a fonte de recursos deverá ser identificada como saldo de exercícios anteriores, independentemente da fonte de recursos à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 49. Para fins do disposto no art. 16, parágrafo 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, fica estabelecido como despesas consideradas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA



governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666 de 1993, e suas alterações, devidamente autorizado.

Art. 50. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo e do Ministério Público, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da Receita Corrente Líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 51. A lei orçamentária anual discriminará, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal.

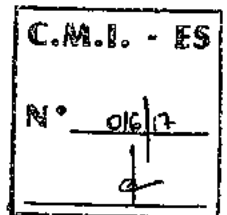
§ 1º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, administração pública municipal submeterá os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Jurídica do Município.

§ 2º. Os recursos alocados para os fins previstos no *caput* deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

Art. 52. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itarana-ES, 26 de setembro de 2017.


ADEMIR SCHNEIDER
Prefeito Municipal



ANEXO I

METAS E PRIORIDADES PARA 2018

O Anexo de Metas e Prioridades para o exercício financeiro de 2018 passará a vigorar de acordo com o disposto na Lei Municipal que se encontra em votação na Câmara Municipal para aprovação do Plano Plurianual de 2018, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

CÂMARA MUNICIPAL:

2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL
3.001	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/IMÓVEIS E OBRAS E INSTALAÇÕES

SAAE-SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ITARANA(AUTARQUIA):

2.077	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO SAAE
2.078	CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PATRIM. SERV. PÚBLICOS – PASEP
2.079	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA
2.080	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO
3.024	AMPLIAÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA DE ÁGUA
3.028	CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE CAPACITAÇÃO ELEVATÓRIA DO RESERVATÓRIO DE ÁGUA
3.029	AMPLIAÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA DE ESGOTO

PODER EXECUTIVO:

2.002	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE
2.003	COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
2.004	ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO
2.005	ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
2.006	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
2.007	MANUTENCAO DAS TORRES DE TVs
2.008	MANUTENCAO DOS INATIVOS E PENSIONISTAS
2.009	MANUTENCAO DA PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS
2.010	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO PUBLICO - PASEP
2.011	RECADASTRAMENTO IMOBILIARIO
2.012	RESERVA DE CONTINGENCIA
2.013	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MEIO AMBIENTE, LICENCIAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL



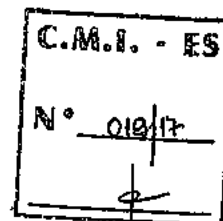
C.M.I. - ES

Nº 012/17

2.014	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E REFLORESTAMENTO DE NASCENTES
2.017	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DISTRIBUIÇÃO DO BLOCO DE PRODUTOR
2.018	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA FROTA DA SECRETARIA
2.019	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CASA DO PRODUTOR
2.020	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DISTRIBUIÇÃO DE MUDAS, SEMENTES E ALEVINOS
2.022	MANUTENCAO DAS ACOES BASICAS DE SAUDE - PAB
2.023	MANUTENCAO E DESTINACAO FINAL DOS RESIDUOS DE SAUDE
2.024	COMPENSAÇÃO DE ESPECIFICIDADES REGIONAIS
2.026	MANUTENCAO DOS PROGRAMAS ESF E SAUDE BUCAL
2.027	MANUTENCAO DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE - ACS
2.028	MANUTENCAO DE CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
2.029	MANUTENCAO DAS ATIVIDAS DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC
2.030	REPASSE FINANCEIRO A REDE CREDENCIADA AO SUS - FMATRI
2.031	MANUTENCAO DE SERVICOS DE PREVENCAO CONTRA DEPENDENCIA QUIMICA
2.032	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE EXAMES LABORATORIAIS
2.033	MANUTENCAO DAS ACOES DE VIGILANCIA SANITARIA
2.034	VIGILANCIA E PROMOCAO EM SAUDE
2.035	MANUTENCAO DA ATIVIDADES DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA
2.037	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS
2.038	MANUT. DAS ATIVIDADES DE APOIO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E MENTAL
2.039	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR
2.040	MANUT. DAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (PROT. SOCIAL BÁSICA)
2.041	MANUTENÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA
2.042	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REF. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS (PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA)
2.043	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS
2.047	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA (GESTÃO – SUAS)
2.049	FAMÍLIA ACOLHEDORA
2.050	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA INCLUIR
2.052	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE
2.053	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
2.054	MANUTENÇÃO DA FROTA DA SECRETARIA
2.055	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PODAS E PAISAGISMO URBANO
2.056	MANUTENÇÃO E REABERTURA DE ESTRADAS VICINAIS
2.057	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA
2.058	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICO
2.060	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMEZA DE RIOS E CÓRREGOS
2.061	CEMITÉRIO
2.062	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FÁBRICA DE MANILHA
2.064	MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR
2.065	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL
2.066	MANUTENCAO E REGENCIA DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
2.067	MANUTENCAO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE
2.068	APOIO AO ENSINO SUPERIOR
2.069	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCACAO INFANTIL
2.070	MANUTENCAO E REGENCIA DAS ATIVIDADES DA PRE – ESCOLA
2.071	MANUTENCAO E REGENCIA DAS ATIVIDADES DAS CRECHES
2.072	MANUTENÇÃO E PROMOÇÃO DO TURISMO
2.073	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA



2.074	PROMOÇÃO DE FESTIVIDADES E COMEMORAÇÕES MUNICIPAIS
2.075	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA BIBLIOTECA MUNICIPAL
2.076	MANUTENÇÃO DAS PRÁTICAS DESPORTIVAS
2.086	ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA E DEMAIS OBRIGAÇÕES
2.087	MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
2.088	ACADEMIA POPULAR
3.002	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O GABINETE
3.003	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA
3.004	CONSTRUÇÃO DA CASA DO PRODUTOR
3.006	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS PARA O PRONAF
3.008	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA A VIGILANCA SANITARIA
3.009	INVESTIMENTOS NA ÁREA DA SAÚDE
3.010	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES E/OU POSTOS DE SAÚDE
3.014	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE MÚLTIPLO USO
3.015	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
3.016	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA
3.017	CONSTRUÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO
3.018	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE RUAS E VIAS PÚBLICAS
3.019	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES E BUEIROS
3.020	CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES, JARDINS, CICLOVIAS E CALÇADÃO
3.021	CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE CONTENÇÃO DE ENCOSTAS
3.022	CONSTRUÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA USINA DE TRIAGEM E COMPOSTAGEM
3.023	CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS
3.024	AMPLIAÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA DE ÁGUA
3.025	INVESTIMENTOS NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.026	INVESTIMENTOS NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
3.030	CONSTRUÇÃO DE MATADOURO MUNICIPAL
3.034	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS
3.035	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE RUAS E VIAS PÚBLICAS - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - FDM
3.036	IMPLANTAÇÃO DA ACADEMIA POPULAR



ANEXO II

ANEXO DE METAS FISCAIS

Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais Anuais (Art. 4º, Parágrafo 2º, Inciso II, LRF)

Tendo como finalidade subsidiar tecnicamente as projeções que constam do anexo de metas fiscais, expomos a base metodológica, bem como o memorial de cálculo utilizado na composição dos valores informados.

A projeção da receita para o exercício financeiro de 2018, levou em consideração a construção de cenários econômicos que procuram se aproximar o máximo possível da realidade.

As metas para o triênio 2018-2020 foram projetadas com base nos parâmetros estabelecidos pelo Governo Federal para o PIB, e no comportamento evolutivo da receita dos últimos anos, procurando evidenciar a perspectiva de um crescimento nominal das receitas e despesas, conforme demonstrativo em anexo. Assim, o crescimento real esperado fundamenta-se, exclusivamente, na observação do comportamento histórico dos índices esperados.

Tendo em vista a dificuldade de aumento efetivo da arrecadação no curto e médio prazo, dada a característica do município de ter como principais fontes de receitas as provenientes de transferências, as medidas de contenção e otimização de gastos públicos se fazem necessárias e tem sido alvo de constante acompanhamento visando à geração de superávit nos próximos exercícios.

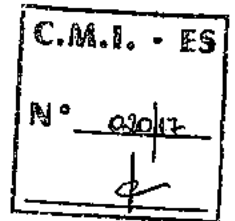
No que se refere ao resultado nominal, este indicador tem como objetivo medir a variação do endividamento público através da diferença do estoque líquido da dívida no final de cada exercício, e no caso específico do triênio 2018-2020, a variação será negativa para os últimos anos do triênio, indicando com isso, que houve uma redução da dívida do município.

Em relação ao resultado primário, sua apuração é obtida pela diferença entre receitas e despesas não financeiras de um mesmo exercício. O resultado do triênio 2018-2020 aponta um equilíbrio entre a variação dos exercícios, evidenciando com isso, a tendência do Município a manter o equilíbrio entre as receitas e despesas não financeiras.

Em relação às projeções das despesas do município, foi considerado o comportamento previsto da receita para os exercícios



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA



correspondentes, objetivando manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, não comprometendo o equilíbrio das finanças públicas.

É evidente que, para o alcance do equilíbrio fiscal, não seria suficiente apenas promover o incremento da receita, mas também a implementação de ações que visem o racionamento dos gastos públicos. Neste sentido, o Município vem buscando continuamente aprimorar o contingenciamento de gastos adequando-as às receitas, visando com isso, o equilíbrio das contas públicas.

As medidas pretendidas a serem adotadas para proporcionar um crescimento da receita, algumas já estão em curso e outras deverão ser adotadas, dentre as quais destacamos:

- Atualização do Cadastro Imobiliário, visando alcançar imóveis não cadastrados ou que apresentem situação diversa da constante nos registros municipais;
- Políticas de incentivo à instalação de empresas que realizem negócios compatíveis com a política de desenvolvimento do município;
- Implantação do Programa de modernização Tributária;
- Cobrança da Dívida Ativa;
- Atualização da Legislação Tributária Municipal.



ANEXO DE RISCOS FISCAIS

A Lei de Responsabilidade Fiscal, de maio de 2000, determinou que os diversos entes da Federação assumissem o compromisso com a implementação de uma gestão fiscal eficiente e eficaz. Esse compromisso inicia-se com a elaboração da LDO, quando são definidas as metas fiscais, a previsão e os gastos com as receitas esperadas e a identificação dos principais riscos sobre as contas públicas, tendo continuidade com a revisão desses parâmetros na elaboração do projeto de lei orçamentária e o monitoramento durante sua execução, de modo a garantir que os riscos fiscais não afetem o alcance do objetivo maior: o processo de gestão fiscal e social responsável.

Os principais riscos são de natureza fiscal, abrangendo dois tipos: orçamentário e de dívida.

Os riscos orçamentários são aqueles que dizem respeito à possibilidade das receitas e despesas previstas não se confirmarem, isto é, que durante a execução orçamentária ocorram alterações entre receitas e despesas orçadas. No caso da receita, por exemplo, cita-se a frustração na arrecadação de determinado imposto, em decorrência de fatos novos e imprevisíveis à época da programação orçamentária, principalmente, e as mudanças relativas à aceleração ou desaceleração da economia.

Por sua vez, as despesas realizadas pelo Governo podem apresentar disparidades em relação às projeções utilizadas para elaboração do orçamento, que podem variar tanto em função do nível da atividade econômica, quanto a fatores ligados às novas obrigações constitucionais legais, por exemplo.

Ainda assim, é possível equilibrar receitas e despesas da área, uma vez que a determinação e a aplicação de recursos terão aumentos percentuais gradativos ao longo de quatro anos, conforme prevê o projeto em votação; também, haverá maior repasse de recursos pelo Governo Federal ao Município, conforme o número de alunos, no qual se incluirão os alunos da educação infantil e do ensino médio.

Outra despesa importante é o gasto com pessoal e encargos, que basicamente são determinados por decisões associadas a planos de carreira e aumentos salariais. Com o aumento anual previsto para o salário mínimo, o Município terá que rever o Plano de Cargos e Salários, pois alguns níveis salariais irão se equiparar ou terão verbas remuneratórias muito próximas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

C.M.I. - ES
Nº 022/17
φ

Além desse acréscimo, a despesa de pessoal também se elevará pela revisão e redefinição dos valores salariais dos cargos públicos. Havendo possibilidade do Poder Executivo realizar concurso público visando suprir as necessidades da administração para melhoria dos serviços prestados, esta previsão não poderá afetar as contas, já que às despesas decorrentes dos mesmos estão enquadradas na receita prevista.

Os riscos de dívida são oriundos de dois tipos diferentes de eventos. O primeiro, diz respeito à administração da dívida pública, ou seja, riscos decorrentes da variação das taxas de juros vincendos. Já o segundo tipo se refere aos passivos contingentes, isto é, dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como os resultados de julgamento de processos judiciais que envolvam o município.

É de salientar que as regras para os pagamentos resultantes de demandas judiciais estão sujeitos ao regime de precatórios, nos termos da Constituição Federal. Também podem ocorrer riscos semelhantes em outros processos, que venham a surgir no decorrer do exercício atual e do triênio 2018-2020, caso das ações judiciais movidas por fornecedores, de que trata o "demonstrativo de riscos fiscais", em anexo. Essas ações judiciais representam risco para o Município, no sentido de que os fornecedores poderão mover processos judiciais, na tentativa de receberem suas dívidas geradas, liquidadas e não pagas em exercícios anteriores, as quais, em sua maioria, não mais estejam inscritas em dívidas, dadas suas prescrições de prazo para pagamento. E esses riscos, caso ocorram, serão suportados pela Reserva de Contingência.

Em síntese, os riscos decorrentes dos passivos contingentes têm a característica de imprevisibilidade quanto à sua concretização, por haver sempre a possibilidade de o Município recorrer a todas as instâncias judiciais para defender e comprovar a legalidade da ação pública, o que pode resultar na não ocorrência do impacto fiscal. E, mesmo na ocorrência de decisão desfavorável ao Município, o impacto fiscal dependerá da forma de pagamento que for efetuada, devendo sempre ser liquidada dentro da realidade orçamentária e financeira do Município.

Nesse contexto, os riscos de dívida são especialmente relevantes, pois restringem a capacidade de realização de investimento do Município e, conseqüentemente, a expansão e aperfeiçoamento da ação governamental.

Para permitir o gerenciamento dos resultados do comportamento dessas variáveis sobre as projeções orçamentárias, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 9º, estabeleceu a avaliação bimestral das receitas, de forma a compatibilizar a execução orçamentária e financeira, com vistas a minorar o impacto restritivo ao cumprimento das metas fiscais fixadas na LDO, assegurando a tendência prevista e potencializando os efeitos positivos. A avaliação bimestral,



C.M.I. - ES
Nº 023/11
↓

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

juntamente com a avaliação do cumprimento das metas fiscais, efetuadas a cada semestre (opção dada pelo artigo 63 da LRF), permite que eventuais diferenças, tanto da receita quanto da despesa, sejam administradas ao longo do ano, de forma que, os riscos que se materializam, sejam compensados com a realocação ou redução de despesas.


ADEMAR SCHNEIDER
Prefeito Municipal



18 - 04 - 1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

MUNICÍPIO DE ITARANA/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2018

Demonstrativo I
LRF, art. 4º, § 1

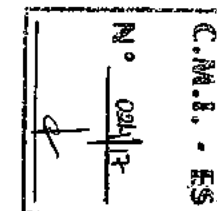
R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018				2019				2020			
	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	(a / RCL)	Corrente	Constante	(b / PIB)	(a / RCL)	Corrente	Constante	(c / PIB)	(c / PIB)
	(a)		x 100	x 100	(b)		x 100	x 100	(c)		x 100	x 100
Receita Total	31.000.000,00	28.016.267,51	0,025	0,199	32.850.000,00	28.311.643,54	0,026	0,202	34.800.000,00	30.023.293,93	0,027	0,023
Receitas Primárias (I)	27.200.000,00	24.582.015,36	0,022	0,175	28.800.000,00	24.821.166,94	0,023	0,177	30.500.000,00	26.313.519,11	0,024	0,020
Despesa Total	31.000.000,00	28.016.267,51	0,025	0,199	32.850.000,00	28.311.643,54	0,026	0,202	34.800.000,00	30.023.293,93	0,027	0,023
Despesas Primária (II)	30.900.000,00	27.925.892,45	0,025	0,199	32.700.000,00	28.182.366,63	0,026	0,201	34.500.000,00	29.764.472,44	0,027	0,023
Resultado Primário (III)=(I - II)	-3.700.000,00	-3.343.877,09	-0,003	-0,024	-3.900.000,00	-3.361.199,69	-0,003	-0,024	-4.000.000,00	-3.450.953,33	-0,003	-0,003
Resultado Nominal	2.500.000,00	2.259.376,41	0,002	0,016	2.400.000,00	2.068.430,58	0,002	0,015	2.350.000,00	2.027.435,08	0,002	0,002
Dívida Pública Consolidada	3.900.000,00	3.524.627,20	0,003	0,025	3.800.000,00	3.275.015,08	0,003	0,023	3.600.000,00	3.105.857,99	0,003	0,002
Dívida Consolidada Líquida	-980.000,00	-885.675,55	-0,001	-0,006	-1.100.000,00	-948.030,58	-0,001	-0,007	-1.200.000,00	-1.035.286,00	-0,001	-0,001
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

Nota:

O Cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico.

Rua Elias Estevão Colnago, 65 Centro Itarana/ES CEP: 29620-000 Tel: (27) 3720-4900





VARIÁVEIS	2018	2019	2020
PIB real (crescimento % anual)	2,36	2,50	2,47
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	11,60	11,60	11,60
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	3,55	3,63	3,73
Inflação Média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	4,56	4,56	4,40
Projeção do PIB do Estado em - R\$ milhares	123.141.000.000,00	126.219.000.000,00	129.337.000.000,00
Receita Corrente Líquida	15.541.000.000,00	16.249.000.000,00	16.974.000.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

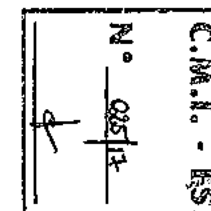
2018	2019	2020
Valor Corrente 1,1065	Valor Corrente 1,1603	Valor Corrente 1,1591

Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Itarana/ES

ITARANA-ES 26 de setembro de 2017.


ADEMAR SCHNEIDER
 Prefeito Municipal

Rua Elias Estevão Colnago, 65 Centro Itarana/ES CEP: 29620-000 Tel: (27) 3720-4900





MUNICÍPIO DE ITARANA/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2018

Demonstrativo II
 LRF, art. 4º, §2º, inciso I

1,00

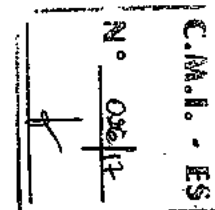
ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em	% PIB	% RCL	Variação	
	2016 (a)			2016 (b)			Valor	(c) = (b-a)
Receita Total	32.000.000,00	0,034	110,433	34.133.154,06	0,045	117,795	2.133.154,06	6,67
Receita Primária (I)	30.200.000,00	0,031	104,221	33.498.037,84	0,043	115,603	3.298.037,84	10,92
Despesa Total	32.000.000,00	0,034	110,433	35.033.195,98	0,046	120,901	3.033.195,98	9,48
Despesa Primária (II)	29.900.000,00	0,030	103,186	34.131.701,14	0,043	117,790	4.231.701,14	14,15
Resultado Primário(III)=(I-II)	300.000,00	0,000	1,035	-633.663,30	0,001	-2,187	-933.663,30	-311,22
Resultado Nominal	-170.000,00	0,001	-0,587	1.519.282,53	0,002	5,243	1.689.282,53	-993,70
Dívida Pública Consolidada	1.700.000,00	0,007	5,867	3.035.802,69	0,006	10,477	1.335.802,69	78,58
Dívida Consolidada Líquida	-2.500.000,00	0,004	-8,628	-5.427.345,85	0,000	-18,730	-2.927.345,85	117,09

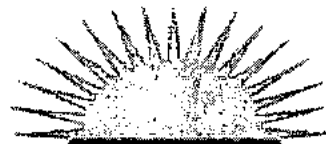
FONTE:

Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Itarana/ES

ITARANA-ES 26 de setembro de 2017.


ADEMAR SCHNEIDER
 Prefeito Municipal





18-04-1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

MUNICÍPIO DE ITARANA/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2018

Demonstrativo III

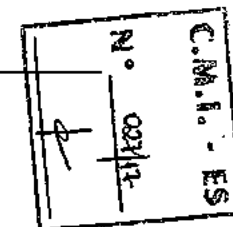
LRF, art.4º, §2º, inciso II

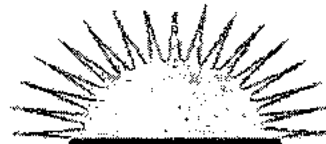
R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
Receita Total	30.047.050,27	34.133.154,06	13,599	30.000.000,00	-12,109	31.000.000,00	3,333	32.850.000,00	5,968	34.800.000,00	5,936
Receitas Primária (I)	28.849.227,58	33.498.037,84	16,114	28.900.000,00	-13,726	27.200.000,00	-5,882	28.800.000,00	5,882	30.500.000,00	5,903
Despesa Total	31.856.923,24	35.033.195,98	9,970	30.000.000,00	-14,367	31.000.000,00	3,333	32.850.000,00	5,968	34.800.000,00	5,936
Despesas Primária (II)	31.513.157,47	34.131.701,14	8,309	31.000.000,00	-9,175	30.900.000,00	-0,323	32.700.000,00	5,825	34.500.000,00	5,505
Resultado Primário (I - II)	-2.663.929,89	-633.663,30	76,213	-2.100.000,00	231,406	-3.700.000,00	76,190	-3.900.000,00	5,405	-4.000.000,00	2,564
Resultado Nominal	1.979.239,17	1.519.282,53	23,239	-170.000,00	111,189	2.500.000,00	1.570,588	2.400.000,00	-4,000	2.350.000,00	2,083
Dívida Pública Consolidada	3.489.092,49	3.035.802,69	12,992	4.000.000,00	0,000	3.900.000,00	-2,500	3.800.000,00	-2,564	3.600.000,00	5,263
Dívida Consolidada Líquida	-6.837.832,85	-5.427.345,85	20,628	-3.100.000,00	-42,882	-980.000,00	-68,387	-1.100.000,00	12,245	-1.200.000,00	9,091

Rua Elias Estevão Colnago, 65 Centro Itarana/ES CEP: 29620-000

Tel: (27) 3720-4900





18 - 04 - 1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
Receita Total	32.114.287,33	34.133.154,06	6,287	31.602.000,00	-7,416	34.301.500,00	8,542	38.115.855,00	11,120	40.336.680,00	5,827
Receitas Primária (I)	30.834.054,44	33.498.037,84	8,640	30.443.260,00	-9,119	30.096.800,00	-1,138	33.416.640,00	11,031	35.352.550,00	5,793
Despesa Total	34.048.679,56	35.033.195,98	2,891	31.602.000,00	-9,794	34.301.500,00	8,542	38.115.855,00	11,120	40.336.680,00	5,827
Despesas Primária (II)	33.681.262,70	34.131.701,14	1,337	32.655.400,00	-4,325	34.190.850,00	4,702	37.941.810,00	10,971	39.988.950,00	5,395
Resultado Primário (I - II)	-2.847.208,27	-633.663,30	77,744	-2.212.140,00	249,103	-4.094.050,00	85,072	-4.525.170,00	10,530	-4.636.400,00	2,458
Resultado Nominal	2.115.410,82	1.519.282,53	28,180	-179.078,00	111,787	2.766.250,00	1.644,718	2.784.720,00	0,668	2.723.885,00	2,185
Dívida Pública Consolidada	3.729.142,05	3.035.802,69	18,592	4.213.600,00	0,000	4.315.350,00	2,415	4.409.140,00	2,173	4.172.760,00	5,361
Dívida Consolidada Líquida	-7.308.275,75	-5.427.345,85	25,737	-3.265.540,00	-39,832	-1.084.370,00	-66,794	-1.276.330,00	17,702	-1.390.920,00	8,978

Nota:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

Exercícios	INDICES DE INFLAÇÃO					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Índices	10,71	6,28	4,85	4,56	4,56	4,40
Valor Corrente x (Valor Referência)	VALORES DE REFERENCIA					
	1,0688	1,0000	1,0534	1,1065	1,1603	1,1591

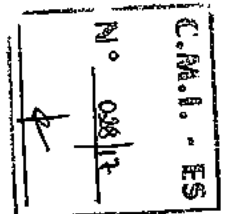
Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE.

FONTE:

Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Itarana/ES

ITARANA-ES 26 de setembro de 2017.


ADEMAR SCHNEIDER
Prefeito Municipal





18 - 04 - 1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

**MUNICÍPIO DE ITARANA/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2018**

Demonstrativo IV

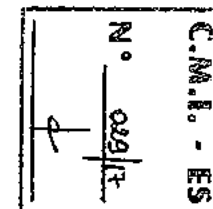
PREFEITURA-CONSOLIDADO						
LRP, art.4º, §2º, inciso III						R\$ 1,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital-ARL	42.701.590,06	100,00	26.402.054,43	100,00	32.405.269,55	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	42.701.590,06	100,00	26.402.054,43	100,00	32.405.269,55	100,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Demonstrativos das PCA's (Prestações de Contas Anuais do Município de Itarana)

ITARANA-ES 26 de setembro de 2017.


ADEMAR SCHNEIDER
Prefeito Municipal





18-04-1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANAMUNICÍPIO DE ITARANA/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAISORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2018

Demonstrativo V

LRF, art.4º, §2º, inciso III

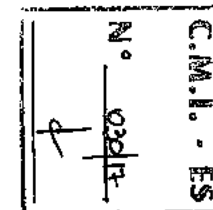
R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2016 (a)	2015 (b)	2014 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - I	0,00	433.200,00	478,85
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	433.200,00	478,85
Alienação de Bens Móveis	0,00	433.200,00	478,85
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I)	0,00	433.200,00	478,85
DESPESAS LIQUIDADAS	2016 (d)	2015 (e)	2014 (f)
APLICAÇÃO DOS REC. ALIENAÇÃO DE ATIVOS-II	387.072,01	43.410,81	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	387.072,01	43.410,81	0,00
Investimentos	387.072,01	43.410,81	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES RPPS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II)	387.072,01	43.410,81	0,00
	(g) = (I a - II d)	(h) = (I b - II e) + (III i)	(i) = (I c - II f)
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III)	3.196,03	390.268,04	478,85

FONTE:

Demonstrativos das PCA's (Prestações de Contas Anuais do Município de Itarana)

ITARANA-ES 26 de setembro de 2017.

ADEMAR SCHNEIDER
Prefeito Municipal



18-04-1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

**MUNICÍPIO DE ITARANA-ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2018**

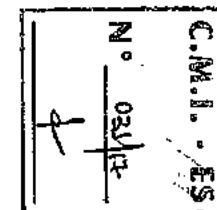
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

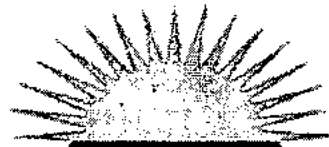
R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patrimonial			

Rua Elias Estevão Colnago, 65 Centro Itarana/ES CEP: 29620-000

Tel: (27) 3720-4900





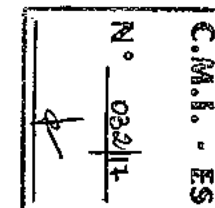
18 - 04 - 1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (II)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2014	2015	2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (V)			
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)			

Rua Elias Estevão Colnago, 65 Centro Itarana/ES CEP: 29620-000

Tel: (27) 3720-4900





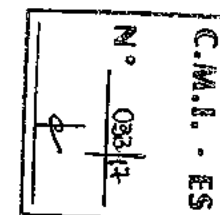
18 - 04 - 1964

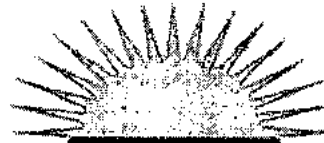
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)			
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2014	2015	2016
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2014	2015	2016
VALOR			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2014	2015	2016
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS	2014	2015	2016
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			
PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES (VIII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			

Rua Elias Estevão Colnago, 65 Centro Itarana/ES CEP: 29620-000

Tel: (27) 3720-4900





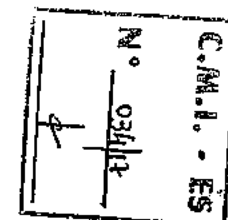
18 - 04 - 1964

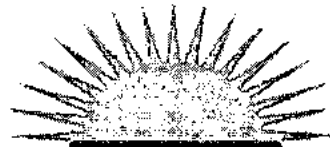
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (IX)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)			

Rua Elias Estevão Colnago, 65 Centro Itarana/ES CEP: 29620-000

Tel: (27) 3720-4900

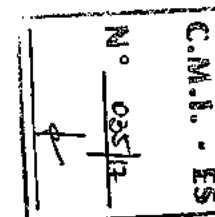




18 - 04 - 1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2014	2015	2016
ADMINISTRAÇÃO (XI) Despesas Correntes Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (XII) Benefícios - Civil Aposentadorias Pensões Outros Benefícios Previdenciários Benefícios - Militar Reformas Pensões Outros Benefícios Previdenciários Outras Despesas Previdenciárias Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2014	2015	2016
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			





18 - 04 - 1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

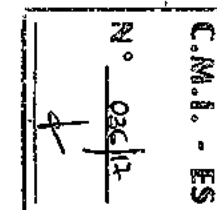
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)

FONTE:

Demonstrativos das PCA's (Prestações de Contas Anuais do Município de Itarana)

ITARANA-ES 26 de setembro de 2017.


ADEMAR SCHNEIDER
Prefeito Municipal





18 - 04 - 1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

**MUNICÍPIO DE ITARANA/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2018**

Demonstrativo VII
LRF, art. 4º, § 2º, Inciso
V

R\$ 1,00

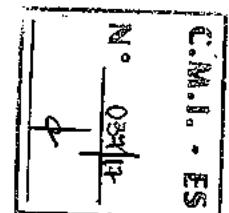
SETORES/PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	2018	2019	
IPTU		0,00	0,00	0,00
ITBI		0,00	0,00	0,00
ISS		0,00	0,00	0,00
Taxas		0,00	0,00	0,00
Cont. de Melhoria		0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

FONTE:

Informamos que a Prefeitura Municipal de Itarana, atendendo ao disposto no art. 4 § 2º, Inciso V, da LRF Lei de Responsabilidade Fiscal, não pretende efetivar nenhum tipo de renúncia de receita compreendida como incentivos fiscais, anistias, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições.

ITARANA-ES 26 de setembro de 2017.

ADEMAR SCHNEIDER
Prefeito Municipal





MUNICÍPIO DE ITARANA/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2018

Demonstrativo VIII

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2018
Aumento Permanente da Receita	1.000.000,00
(-) Transferências constitucionais	550.000,00
(-) Transferências ao FUNDEB	250.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	200.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I-II)	200.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Impacto de Novas DOCC	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	200.000,00

FORNTE:

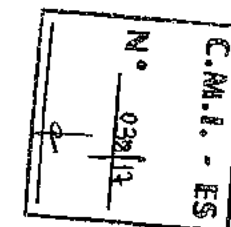
Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura Municipal de Itarana/ES

ITARANA-ES 26 de setembro de 2017.


ADEMAR SCHNEIDER
 Prefeito Municipal

Rua Elias Estevão Colnago, 65 Centro Itarana/ES CEP: 29620-000

Tel: (27) 3720-4900





18 - 04 - 1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

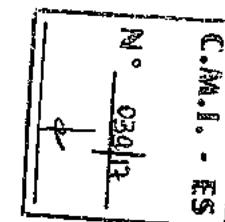
**MUNICÍPIO DE ITARANA/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2018**

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	0,00	Abertura de Créditos Adicionais	430.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		
Avais e Garantias Concedidas	0,00		
Assunção de Passivos	430.000,00		
Assistências Diversas	0,00		
Outros Passivos Contingentes	0,00		
SUBTOTAL	430.000,00	SUBTOTAL	430.000,00

Rua Elias Estevão Colnago, 65 Centro Itarana/ES CEP: 29620-000 Tel: (27) 3720-4900





18 - 04 - 1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

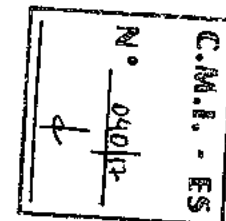
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	430.000,00	TOTAL	430.000,00

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Itarana/ES

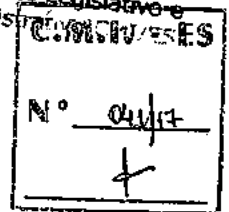
O aumento do salário mínimo federal, implicará negativamente nas contas públicas do município, uma vez que irá atingir uma faixa maior da tabela padrão salarial da Prefeitura Municipal. Além disso, a possibilidade de correção da tabela de padrão salarial da prefeitura irá aumentar as despesas correntes do município, apesar de não ultrapassarem o limite de gastos com pessoal estabelecido pelos art. 19 e 20 da Lei 101/00.

ITARANA-ES 26 de setembro de 2017.

ADEMAR SCHNEIDER
Prefeito Municipal



Jandete de Lima Malta
Assistente Legislativo e
Administrativo



Ao Excelentíssimo Senhor,
EMMANUEL DE AQUINO E SOUZA
Presidente da Câmara Municipal de Itarana

Convidamos Vossa Excelência e demais Edis para participarem da Audiência Pública para apresentação e discussão de propostas para elaboração dos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2018, que será realizada através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças- SEMAF, no dia 25 de setembro do corrente ano, às 16:00h, no auditório da EMEF Luiza Grimaldi, situado na Rua Valentin De Martin, s/n, Centro, Itarana – ES, ao lado do Ginásio de Esportes.

O Edital de convocação encontra-se publicado no site da Prefeitura Municipal de Itarana, bem como em locais de amplo acesso público como bancos, sindicatos e entidades filantrópicas.

Certos de contarmos com Vossa presença, renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


ROSELENE MONTEIRO ZANETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

C.M.I. - ES
Nº 049/17
φ



CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
Protocolo de Fis. 124 Sob Nº 257
Em 14 de Setembro de 2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2017

Jaudete de Lima Malta
Assistente Legislativo e
Administrativo CMI/ES

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE PROPOSTAS PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

A Prefeitura do Município de Itarana, Estado do Espírito Santo, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças – SEMAF, em atendimento às disposições constantes no parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e do §1º do artigo 156 da Lei Orgânica Municipal e nos termos da Instrução Normativa SPO nº 04/2014, que dispõe sobre procedimentos para a Secretaria Municipal de Administração e Finanças realizar audiências públicas para debater as propostas dos programas/projetos do plano plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, visando assegurar a transparência da gestão fiscal mediante o incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão de propostas, para elaboração dos projetos de lei de diretrizes orçamentárias e orçamento, **CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA** nos seguintes termos:

1. DO CONCEITO E DO OBJETIVO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA:

1.1. A audiência pública é um instrumento de participação popular que dá ao munícipe o direito, constitucionalmente garantido, de debater com o Poder Executivo, dentre outros assuntos, a elaboração de projeto de lei participando, desta forma, diretamente da Administração Pública Municipal oportunizando a troca de informações com o administrador. Sua realização é condição de validade do ato administrativo, conforme preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal.

1.2. Seu objetivo é a apresentação à comunidade Itaranense e a quem mais possa interessar, por meio audiovisual (datashow), de propostas para elaboração dos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2018, e também colher propostas da comunidade neste sentido.

1.3. Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, é uma lei municipal que estabelece as diretrizes, normas, prioridades, metas e principais parâmetros do Projeto de Lei Orçamentária Anual e constitui elo entre o Plano Plurianual - PPA e a Lei Orçamentária Anual – LOA, além de definir metas e prioridades a LDO determina, ponto a ponto, como devem ser a elaboração e a execução do orçamento do ano seguinte.

1.4. Lei Orçamentária Anual – LOA, é uma lei municipal que programa as ações que o governo irá executar no exercício subsequente tornando possível a concretização das metas planejadas no PPA em observância à LDO.

PP



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

C.M.I. - ES
Nº 043/12
+

2. DA DATA, HORÁRIO E LOCAL:

2.1. A audiência pública acontecerá no dia 25 de setembro de 2017, às 16:00h, no auditório da EMEF Luiza Grimaldi, situado na Rua Valentin De Martin, s/n, Centro, Itarana – ES, ao lado do Ginásio de Esportes.

3. DA DURAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA:

3.1. A audiência pública terá duração estimada em 01 hora, iniciando-se às 16:00h com encerramento às 17:00h. Porém, o encerramento poderá ser antecipado ou prorrogado, verificada a necessidade;

3.2. O tempo para a manifestação dos oradores inscritos será de **05 minutos**, prorrogáveis por única vez por mais **02 minutos**. Esgotado o tempo máximo de exposição o orador terá cassada a palavra;

3.3. Questionamentos aos expositores sobre o tema exposto somente serão permitidos aos devidamente inscritos e após encerrada a exposição.

4. DA INSCRIÇÃO E MANIFESTAÇÃO DOS ORADORES:

4.1. A participação na Audiência Pública obedecerá às seguintes regras:

4.1.1. O cidadão interessado em fazer uso da palavra para fazer sugestões ou comentários deverá, necessariamente, preencher o formulário do Anexo Único deste Edital e entregá-lo na Secretaria Municipal de Administração e Finanças – SEMAF, situada na sede da Prefeitura de Itarana, localizada na Rua Elias Estevão Colnago, nº 65, centro, de segunda à sexta feira das 08h às 11h e das 12h:30min. às 16h:30min. até o dia 22 de setembro de 2017;

4.1.2. Para inscrever-se como representante de algum órgão, entidade da sociedade civil ou de entidade representativa, o interessado deverá comprovar junto ao formulário de credenciamento de perguntas do Anexo Único que a ela pertence e tem delegação para falar em seu nome, sendo permitida apenas uma inscrição para cada órgão ou entidade;

4.1.3. As inscrições serão feitas em listas apropriadas, garantindo-se ao inscrito conhecer a ordem de seu pronunciamento conforme ordem de registro de inscrição, sendo que cada pessoa poderá inscrever apenas o próprio nome;

4.1.4. Cada pessoa inscrita terá direito a uma única manifestação para apresentação das sugestões ou comentários, que deverá ser realizada no tempo informado no item 3.2 deste Edital;

PP



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

C.M.I. - ES
Nº 044/17
4

4.1.5. O interessado apresentará no momento da sua inscrição resumo da matéria que for apresentar, destacando o assunto, relatório e conclusão final, para acompanhamento da mesa diretora dos trabalhos que será composta pela Secretária Municipal de Administração e Finanças que presidirá a mesa conduzindo os trabalhos, pela Assessoria Contábil da Prefeitura e pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município;

4.1.5.1. A apresentação deverá ater-se, exclusivamente, a breve exposição do relatório, não sendo permitida sua alteração após a inscrição nem aparte aos oradores.

4.1.6. Esgotada a apresentação a respeito dos comentários ou sugestão, passar-se-á aos demais inscritos, sucessivamente conforme ordem de inscrição limitada esta a 10 inscrições.

4.1.7. Após a apresentação de todos os inscritos, os trabalhos serão encerrados com a data da divulgação das sugestões recebidas e seus comentários, no endereço eletrônico www.itarana.es.gov.br.

5. DA EXPOSIÇÃO DOS PROJETOS:

5.1. Os projetos evidenciados como temas principais da Audiência Pública serão explanados pela Assessoria Contábil da Prefeitura com o uso de recursos audiovisuais (datashow) sendo que durante a exposição não serão permitidos apertes;

5.2. Durante a Audiência Pública será mantido no recinto, para livre consulta dos presentes, um exemplar do Projeto de Lei da LDO e um da LOA;

5.3. Os oradores e sabatinadores no momento da inscrição e no momento realização da sabatina concordam com o uso do direito de imagem para divulgação da audiência Pública no sítio oficial do município e/ou outro meio de comunicação de que faça uso a SEMAF para divulgação do evento.

Itarana/ES, 11 de setembro de 2017.


ROSELENE MONTEIRO ZANETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças



CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA

Protocolo de Fls. 15-f Sob N.º 380

Em 28 de setembro de 20 17

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
ITARANA - ESPÍRITO SANTO

Jaudete de Lima Malta
Assistente Legislativo e
Administrativo C.M.I.ES

OF/PMI/SEMAF nº 165/2017

Itarana/ES, 28 de setembro de 2016.

Senhor Presidente e demais Edis.

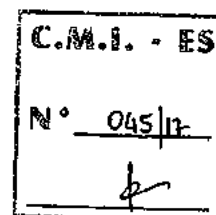
Considerando a Instrução Normativa SPO N.º 04/2014, que dispõe sobre procedimentos para a Secretaria Municipal de Administração e Finanças realizar Audiências Públicas para debater as propostas dos Programas/Projetos do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

Considerando o Art. 4.º da referida Instrução Normativa.

Encaminho a Vossa Excelência e demais Edis, para conhecimento, o Edital de Convocação N.º 02/2017 da audiência pública para apresentação e discussão de propostas para elaboração dos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) - exercício de 2018, realizada no dia 25 de setembro 2017, às 16:00h, no auditório da EMEF Luiza Grimaldi, Ata da Audiência, Lista de Presença, comprovação de divulgação da Audiência e relatório fotográfico, para realização da votação da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) – Exercício 2018.

Atenciosamente,

Rosele
ROSELENE MONTEIRO ZANETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças



Excelentíssimo Senhor
EMMANUEL DE AQUINO E SOUZA
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itarana
Itarana/ES

C.A.M.I. - ES
Nº 046/17
↓



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA/ES
Publicado sob nº 12891/2017
Data 13/09/2017
Protocolista

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2017

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE PROPOSTAS PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

A Prefeitura do Município de Itarana, Estado do Espírito Santo, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças – SEMAF, em atendimento às disposições constantes no parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e do §1º do artigo 156 da Lei Orgânica Municipal e nos termos da Instrução Normativa SPO nº 04/2014, que dispõe sobre procedimentos para a Secretaria Municipal de Administração e Finanças realizar audiências públicas para debater as propostas dos programas/projetos do plano plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO e Lei Orçamentária Anual- LOA, visando assegurar a transparência da gestão fiscal mediante o incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão de propostas, para elaboração dos projetos de lei de diretrizes orçamentárias e orçamento, **CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA** nos seguintes termos:

1. DO CONCEITO E DO OBJETIVO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA:

1.1. A audiência pública é um instrumento de participação popular que dá ao munícipe o direito, constitucionalmente garantido, de debater com o Poder Executivo, dentre outros assuntos, a elaboração de projeto de lei participando, desta forma, diretamente da Administração Pública Municipal oportunizando a troca de informações com o administrador. Sua realização é condição de validade do ato administrativo, conforme preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal.

1.2. Seu objetivo é a apresentação à comunidade Itaranense e a quem mais possa interessar, por meio audiovisual (datashow), de propostas para elaboração dos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2018, e também colher propostas da comunidade neste sentido.

1.3. Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, é uma lei municipal que estabelece as diretrizes, normas, prioridades, metas e principais parâmetros do Projeto de Lei Orçamentária Anual e constitui elo entre o Plano Plurianual - PPA e a Lei Orçamentária Anual – LOA, além de definir metas e prioridades a LDO determina, ponto a ponto, como devem ser a elaboração e a execução do orçamento do ano seguinte.

1.4. Lei Orçamentária Anual – LOA, é uma lei municipal que programa as ações que o governo irá executar no exercício subsequente tomando possível a concretização das metas planejadas no PPA em observância à LDO.

Pp.

4



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

C.M.I. - ES
Nº 042/17
f

2. DA DATA, HORÁRIO E LOCAL:

2.1. A audiência pública acontecerá no dia 25 de setembro de 2017, às 16:00h, no auditório da EMEF Luiza Grimaldi, situado na Rua Valentin De Martin, s/n, Centro, Itarana – ES, ao lado do Ginásio de Esportes.

3. DA DURAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA:

3.1. A audiência pública terá duração estimada em 01 hora, iniciando-se às 16:00h com encerramento às 17:00h. Porém, o encerramento poderá ser antecipado ou prorrogado, verificada a necessidade;

3.2. O tempo para a manifestação dos oradores inscritos será de **05 minutos**, prorrogáveis por única vez por mais **02 minutos**. Esgotado o tempo máximo de exposição o orador terá cassada a palavra;

3.3. Questionamentos aos expositores sobre o tema exposto somente serão permitidos aos devidamente inscritos e após encerrada a exposição.

4. DA INSCRIÇÃO E MANIFESTAÇÃO DOS ORADORES:

4.1. A participação na Audiência Pública obedecerá às seguintes regras:

4.1.1. O cidadão interessado em fazer uso da palavra para fazer sugestões ou comentários deverá, necessariamente, preencher o formulário do Anexo Único deste Edital e entregá-lo na Secretaria Municipal de Administração e Finanças – SEMAF, situada na sede da Prefeitura de Itarana, localizada na Rua Elias Estevão Colnago, nº 65, centro, de segunda à sexta feira das 08h às 11h e das 12h:30min. às 16h:30min. até o dia 22 de setembro de 2017;

4.1.2. Para inscrever-se como representante de algum órgão, entidade da sociedade civil ou de entidade representativa, o interessado deverá comprovar junto ao formulário de credenciamento de perguntas do Anexo Único que a ela pertence e tem delegação para falar em seu nome, sendo permitida apenas uma inscrição para cada órgão ou entidade;

4.1.3. As inscrições serão feitas em listas apropriadas, garantindo-se ao inscrito conhecer a ordem de seu pronunciamento conforme ordem de registro de inscrição, sendo que cada pessoa poderá inscrever apenas o próprio nome;

4.1.4. Cada pessoa inscrita terá direito a uma única manifestação para apresentação das sugestões ou comentários, que deverá ser realizada no tempo informado no item 3.2 deste Edital;

PP



C.M.I. - ES
Nº 048/p
f

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

4.1.5. O interessado apresentará no momento da sua inscrição resumo da matéria que for apresentar, destacando o assunto, relatório e conclusão final, para acompanhamento da mesa diretora dos trabalhos que será composta pela Secretária Municipal de Administração e Finanças que presidirá a mesa conduzindo os trabalhos, pela Assessoria Contábil da Prefeitura e pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município;

4.1.5.1. A apresentação deverá ater-se, exclusivamente, a breve exposição do relatório, não sendo permitida sua alteração após a inscrição nem aparte aos oradores.

4.1.6. Esgotada a apresentação a respeito dos comentários ou sugestão, passar-se-á aos demais inscritos, sucessivamente conforme ordem de inscrição limitada esta a 10 inscrições.

4.1.7. Após a apresentação de todos os inscritos, os trabalhos serão encerrados com a data da divulgação das sugestões recebidas e seus comentários, no endereço eletrônico www.itarana.es.gov.br.

5. DA EXPOSIÇÃO DOS PROJETOS:

5.1. Os projetos evidenciados como temas principais da Audiência Pública serão explanados pela Assessoria Contábil da Prefeitura com o uso de recursos audiovisuais (datashow) sendo que durante a exposição não serão permitidos apartes;

5.2. Durante a Audiência Pública será mantido no recinto, para livre consulta dos presentes, um exemplar do Projeto de Lei da LDO e um da LOA;

5.3. Os oradores e sabatinadores no momento da inscrição e no momento realização da sabatina concordam com o uso do direito de imagem para divulgação da audiência Pública no sítio oficial do município e/ou outro meio de comunicação de que faça uso a SEMAF para divulgação do evento.

Itarana/ES, 11 de setembro de 2017.


ROSELENE MONTEIRO ZANETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

**FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO E CREDENCIAMENTO PARA COMENTÁRIOS,
SUGESTÕES E PARAPERGUNTAS**

C.M.I. - ES
Nº 049/12
↓

**AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE PROPOSTAS PARA
ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI
ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2018.**

1. Dados do participante:

Nome: _____
CPF: _____
Endereço: _____
E-mail: _____
Telefone: () _____

2. Segmento do Participante

Representante do Poder Público
Nome do órgão: _____

Representante da sociedade civil
Nome do órgão: _____

Representante de entidade representativa
Nome da entidade: _____

3. Deseja fazer perguntas?

Sim Não

a) Se sim, será escrita ou oral?

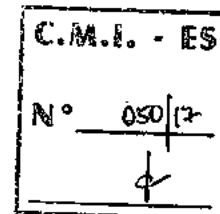
escrita oral

b) Se escrita, favor redigir no espaço abaixo

Estou ciente de que o regulamento da presente audiência pública foi publicado, estando disponível para consulta no seguinte endereço eletrônico www.itarana.es.gov.br

Assinatura: _____

Itarana/ES _____ de _____ de 2016.



- [MUNICÍPIO](#)
- [SECRETARIAS E ÓRGÃOS](#)
- [ATOS OFICIAIS](#)
- [LICITAÇÕES](#)
- [TRANSPARÊNCIA](#)
- [CONCURSOS E SELEÇÕES](#)
- [NOTÍCIAS](#)
- [TURISMO](#)

Home >> Notícias >> Convocação Audiência Pública LDO e LOA

Agroindústrias

Convocação Audiência Pública LDO e LOA

Atrativos Turísticos

14/09/2017

Calendário de Eventos

A Prefeitura Municipal de Itarana, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, convoca toda a população para Audiência Pública de apresentação e discussão de propostas para elaboração dos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2018.

Informações Turísticas

O cidadão interessado em fazer uso da palavra ou algum comentário deverá se inscrever até o dia 22, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, de 08 às 11 horas ou de 12:30 às 16:30. A ficha de inscrição está no Edital de Convocação nº02/2017, abaixo no campo ANEXOS.

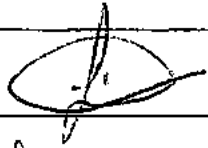
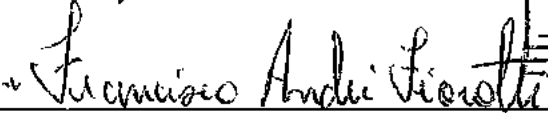



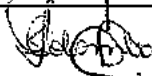
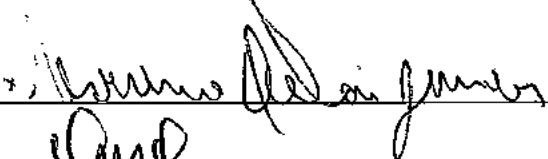


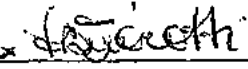
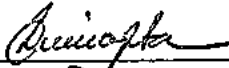



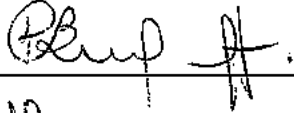
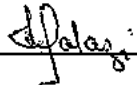
Audiência Pública - LDO e LOA

Dia: 25 de setembro

Horário: 16 horas

Local: Auditório da EMEF Luiza Grimaldi, à Rua Valentim de Martin, s/n, Centro, Itarana-ES (ao lado do Ginásio Poliesportivo).

CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO DO CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE PROPOSTAS PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2018

EDVAN PIOROTTI DE QUEIROZ Gabinete do Prefeito		C.M.I. - ES Nº 051/17 4
FRANCISCO ANDRÉ FIOROTTI Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente		
VANESSA ARRIVABENE MARTINELLI Secretaria Municipal de Saúde		
EDUARDO DEMUNER PERIN Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos		
SABRINA SCARDUA FIOROTTI Secretaria Municipal de Assistência Social		
ADJAR FABIANO DE MARTIN Controlador Municipal		
SEVERINO DELAI JÚNIOR Procurador Geral do Município de Itarana		
MARCILEIDE STHUR Secretaria Municipal de Educação		
RODRIGO PEREIRA PIACENTINI Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo		
AMADO LEANDRO DA SILVA SAAE		
EMMANUEL DE AQUINO E SOUZA Câmara Municipal de Itarana		
JACINTHO PEREIRA DAS POSSES Sindicato Rural de Itarana		
JACINTO ANÉZIO DELAI Sindicato dos Trabalhadores Rurais De Itarana		
VERA LÚCIA MURTA MIRANDA Promotora de Justiça de Itarana		
LUÍS EDUARDO FACHETTI DE OLIVEIRA Juiz de Direito e Diretor do Fórum da Comarca de Itarana		
LEONILA FIOROTTI GALAZZI Vice-Prefeita do Município de Itarana		

ADEMAR SCHNEIDER Prefeito do Município de Itarana	<i>[Handwritten Signature]</i>
PE. MARINALDO SERAFIM Igreja Católica	<i>[Handwritten Signature]</i>
VALTEIR AMORIM FERREIRA Associação de Moradores de Santa Teresinha	
PAULO ROBERTO CAETANO Presidente do SSPMI/Itarana	<i>Paulo R. Caetano</i>
GILVANO SEIDLER Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Alto Jatibocas	
PAULO DANIEL FIOROTTI Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sossego	
VALCENIR JOSÉ MENEGHEL Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Loriato, Sossego e Itarana	
JEFERSON TRACHEL Associação dos Produtores Rurais de Bela Veneza	
GILTON HÉLIO FARDIN Associação dos Produtores Rurais de Praça Oito	
GILDÁSIO BUCTKE Associação Pomerana de Alto Jatibocas	
ADELAR BORGES Associação dos Agricultores Familiares Assentados na Fazenda Matutina	<i>x Adelar Borges</i>
JOÃO PAULO SEVERO GUEDES Associação dos Trabalhadores Rurais Guedes	
PASTOR ELIMAR PATRÍCIO XAVIER Igreja Batista	<i>Elimar com família</i>
PASTOR WILI BENO BAUERMANN Igreja Luterana	
PASTOR JOSÉ EPIDIO FILHO Igreja Adventista	<i>Wilton</i>

Ilustríssimo Senhor,
JOÃO PAULO SEVERO GUEDES
Associação dos Trabalhadores Rurais Guedes

Convidamos Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública para apresentação e discussão de propostas para elaboração dos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2018, que será realizada através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças- SEMAF, no dia 25 de setembro do corrente ano, às 16:00h, no auditório da EMEF Luiza Grimaldi, situado na Rua Valentin De Martin, s/n, Centro, Itarana - ES, ao lado do Ginásio de Esportes.

O Edital de convocação encontra-se publicado no site da Prefeitura Municipal de Itarana, bem como em locais de amplo acesso público como bancos, sindicatos e entidades filantrópicas.

Certos de contarmos com Vossa presença, renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


ROSELENE MONTEIRO ZANETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
ITARANA - ESPÍRITO SANTO

C.M.I. - ES
Nº 054/17
↓

Ilustríssimo Senhor,
VALTEIR AMORIM FERREIRA
Presidente da Associação de Moradores de Santa Teresinha

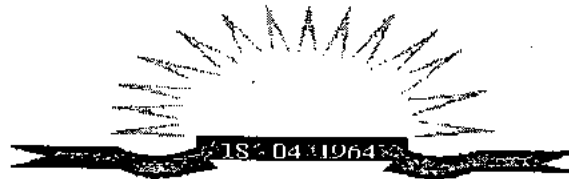
Convidamos Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública para apresentação e discussão de propostas para elaboração dos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2018, que será realizada através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças- SEMAF, no dia 25 de setembro do corrente ano, às 16:00h, no auditório da EMEF Luiza Grimaldi, situado na Rua Valentin De Martin, s/n, Centro, Itarana – ES, ao lado do Ginásio de Esportes.

O Edital de convocação encontra-se publicado no site da Prefeitura Municipal de Itarana, bem como em locais de amplo acesso público como bancos, sindicatos e entidades filantrópicas.

Certos de contarmos com Vossa presença, renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


ROSELENE MONTEIRO ZANETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
ITARANA - ESPÍRITO SANTO

C.M.I. - ES
Nº 055/17
↓

Ilustríssimo Senhor,
PASTOR WILI BENO BAUERMANN

Convidamos Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública para apresentação e discussão de propostas para elaboração dos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2018, que será realizada através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças- SEMAF, no dia 25 de setembro do corrente ano, às 16:00h, no auditório da EMEF Luiza Grimaldi, situado na Rua Valentin De Martin, s/n, Centro, Itarana – ES, ao lado do Ginásio de Esportes.

O Edital de convocação encontra-se publicado no site da Prefeitura Municipal de Itarana, bem como em locais de amplo acesso público como bancos, sindicatos e entidades filantrópicas.

Certos de contarmos com Vossa presença, renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


ROSELENE MONTEIRO ZANETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
ITARANA - ESPÍRITO SANTO

C.M.I. - ES
Nº 056/17
φ

Ilustríssimo Senhor,
GILVANO SEIDLER
Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Alto Jatibocas

Convidamos Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública para apresentação e discussão de propostas para elaboração dos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2018, que será realizada através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças- SEMAF, no dia 25 de setembro do corrente ano, às 16:00h, no auditório da EMEF Luiza Grimaldi, situado na Rua Valentin De Martin, s/n, Centro, Itarana – ES, ao lado do Ginásio de Esportes.

O Edital de convocação encontra-se publicado no site da Prefeitura Municipal de Itarana, bem como em locais de amplo acesso público como bancos, sindicatos e entidades filantrópicas.

Certos de contarmos com Vossa presença, renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


ROSELENE MONTEIRO ZANETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
ITARANA - ESPÍRITO SANTO



Ilustríssimo Senhor,
PAULO DANIEL FIOROTTI
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sossego

Convidamos Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública para apresentação e discussão de propostas para elaboração dos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2018, que será realizada através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças- SEMAF, no dia 25 de setembro do corrente ano, às 16:00h, no auditório da EMEF Luiza Grimaldi, situado na Rua Valentin De Martin, s/n, Centro, Itarana – ES, ao lado do Ginásio de Esportes.

O Edital de convocação encontra-se publicado no site da Prefeitura Municipal de Itarana, bem como em locais de amplo acesso público como bancos, sindicatos e entidades filantrópicas.

Certos de contarmos com Vossa presença, renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


ROSELENE MONTEIRO ZANETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
ITARANA - ESPÍRITO SANTO

C.M.I. - ES
N° 058/17

Ilustríssimo Senhor,
GILDÁSIO BUCTKE
Associação Pomerana de Alto Jatibocas


Convidamos Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública para apresentação e discussão de propostas para elaboração dos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2018, que será realizada através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças- SEMAF, no dia 25 de setembro do corrente ano, às 16:00h, no auditório da EMEF Luiza Grimaldi, situado na Rua Valentin De Martin, s/n, Centro, Itarana – ES, ao lado do Ginásio de Esportes.

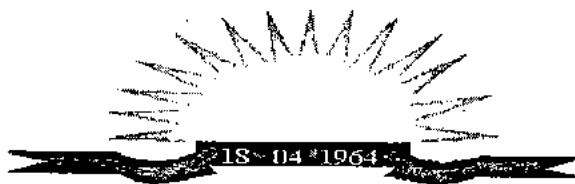
O Edital de convocação encontra-se publicado no site da Prefeitura Municipal de Itarana, bem como em locais de amplo acesso público como bancos, sindicatos e entidades filantrópicas.

Certos de contarmos com Vossa presença, renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


ROSELENE MONTEIRO ZANETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

C.M.I. - ES
Nº 059/11




PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
ITARANA - ESPÍRITO SANTO

Ilustríssimo Senhor,
GILTON HÉLIO FARDIN
Associação dos Produtores Rurais de Praça Oito

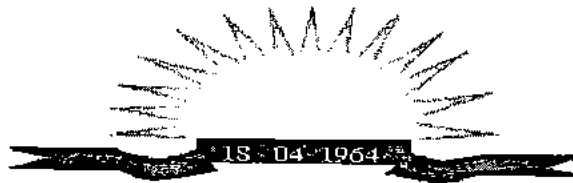
Convidamos Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública para apresentação e discussão de propostas para elaboração dos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2018, que será realizada através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças- SEMAF, no dia 25 de setembro do corrente ano, às 16:00h, no auditório da EMEF Luiza Grimaldi, situado na Rua Valentin De Martin, s/n, Centro, Itarana - ES, ao lado do Ginásio de Esportes.

O Edital de convocação encontra-se publicado no site da Prefeitura Municipal de Itarana, bem como em locais de amplo acesso público como bancos, sindicatos e entidades filantrópicas.

Certos de contarmos com Vossa presença, renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


ROSELENE MONTEIRO ZANETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
ITARANA - ESPÍRITO SANTO

C.M.I. - ES
Nº 060/13
<i>[Handwritten signature]</i>

Ilustríssimo Senhor,
JEFERSON TRACHEL
Associação dos Produtores Rurais de Bela Veneza

Convidamos Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública para apresentação e discussão de propostas para elaboração dos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2018, que será realizada através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças- SEMAF, no dia 25 de setembro do corrente ano, às 16:00h, no auditório da EMEF Luiza Grimaldi, situado na Rua Valentin De Martin, s/n, Centro, Itarana – ES, ao lado do Ginásio de Esportes.

O Edital de convocação encontra-se publicado no site da Prefeitura Municipal de Itarana, bem como em locais de amplo acesso público como bancos, sindicatos e entidades filantrópicas.

Certos de contarmos com Vossa presença, renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


ROSELENE MONTEIRO ZANETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
ITARANA - ESPÍRITO SANTO

C.M.I. - ES
Nº 061/17
↓

Ilustríssimo Senhor,
VALCENIR JOSÉ MENEGHEL
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Loriato, Sossego e Itarana

Convidamos Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública para apresentação e discussão de propostas para elaboração dos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2018, que será realizada através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças- SEMAF, no dia 25 de setembro do corrente ano, às 16:00h, no auditório da EMEF Luiza Grimaldi, situado na Rua Valentin De Martin, s/n, Centro, Itarana - ES, ao lado do Ginásio de Esportes.

O Edital de convocação encontra-se publicado no site da Prefeitura Municipal de Itarana, bem como em locais de amplo acesso público como bancos, sindicatos e entidades filantrópicas.

Certos de contarmos com Vossa presença, renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


ROSELENE MONTEIRO ZANETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças



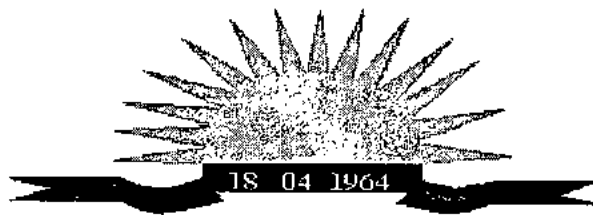
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
ITARANA - ESPÍRITO SANTO

C.M.I. - ES
Nº 062/17
↓

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE PROPOSTAS
PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
- LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

- 1- Brunella Colombo Santos.
- 2- Franciane Fe Martin Keneni
- 3- Lúcia Fátima Fe Martins
- 4- Vaneza A. Martinelli
- 5- Dúbia Tuvivabene
- 6- Ginyrde de Oliveira Botelho Baldoche
- 7- Carla Calinan Terra
- 8- Salmira J. Lucjath
- 9- Edmar P. Cavêroz
- 10- Mariléia de Souza
- 11- Wan Lind Carlos Simen
- 12- Eduardo Demmeu Keris
- 13- José Mario Castano
- 14- Almeida Ribeiro dos Santos dos Passos
- 15- Nereida de Souza Junior
- 16- Abastias Venturini
- 17- Roberto Pereira Pracchini
- 18- Francisco André Jitioratti
- 19- Celso Almeida
- 20-
- 21-
- 22-
- 23-
- 24-
- 25-
- 26-



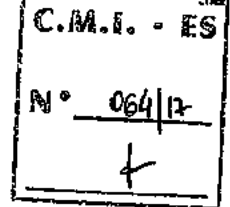
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
ITARANA - ESPÍRITO SANTO

C.M.I. - ES
N° 063/17
↓

- 27-
- 28-
- 29-
- 30-
- 31-
- 32-
- 33-
- 34-
- 35-
- 36-
- 37-
- 38-
- 39-
- 40-
- 41-
- 42-
- 43-
- 44-
- 45-
- 46-
- 47-
- 48-
- 49-
- 50-
- 51-
- 52-
- 53-
- 54-
- 55-
- 56-
- 57-
- 58-

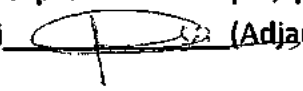


MUNICÍPIO DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Ata da Audiência Pública para Apresentação e Discussão de Propostas para elaboração dos Projetos da LDO e LOA/2018, do Município de Itarana/ES

Aos vinte e cinco (25) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e dezessete (2017), no auditório da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Luiza Grimaldi”, situada na rua Valentin De Martin, S/N, às dezesseis horas (16:00h) instalou-se a sessão de “Audiência Pública para Apresentação e Discussão de Propostas para Elaboração dos Projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2018”. A convocação para a presente audiência foi realizada pela publicação do Edital de Convocação nº 02/2017, no sítio oficial da Prefeitura, Câmara Municipal, agências bancárias da sede municipal, sindicatos, hospital, Associação Pestalozzi e afixado no quadro de publicações da Prefeitura, além da expedição de convites à Câmara de Vereadores de Itarana, Ministério Público, Juiz de Direito, entidades civis, autoridades religiosas, Secretários Municipais, Vice Prefeita, Diretor Geral do SAAE, Sindicatos locais e demais representações conforme listagem que passa a integrar esta ata como se transcrita estivesse. Estiveram presentes a Secretária Municipal de Administração e Finanças, Srª Roselene Monteiro Zanetti, o expositor Assessor Contábil do Município, Sr. Wantuil Carlos Simon, o Prefeito Ademar Schneider, a Contadora do Município Srª Franciane De Martin Rossoni, a Secretária Municipal de Saúde Srª Vanessa Arrivabene Martinelli, o Chefe de Gabinete Edivan Piorotti Queiroz, a Secretária Municipal de Assistência Social Srª Sabrina Scárdua Fiorotti, o Secretário de Agricultura e Meio Ambiente Francisco André Fiorotti, a Vereadora Brunela Colombo Santos, o Vereador José Maria Caetano, o Controlador Interno do Poder Executivo Municipal Adjar Fabiano De Martin, a Secretária Municipal de Educação Srª Marcileide Stuhr, o Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos Eduardo Demuner Perin, o Secretário Municipal de Desporto, Turismo e Cultura Rodrigo Pereira Piacentini e demais membros da Comunidade de Itarana. Iniciando os trabalhos, o assessor contábil explicou para todos o motivo da audiência pública sintetizando os assuntos que seriam abordados passando, a seguir, à apresentação de slides e a discorrer sobre os instrumentos legais que são a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA, citando as bases legais para a construção dessas Leis, inclusive a previsão contida na Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000, em seu artigo 48, enfatizando que a construção dessas peças legais são de responsabilidade do Poder Executivo Municipal estando previstas, ainda, na Lei Orgânica do Município, frisando, ainda, a importância dessas ferramentas para uma gestão responsável uma vez que a LDO é que estabelece diretrizes, normas, prioridades e metas determinando, ponto a ponto, como deve ser a elaboração e a execução do orçamento para o exercício de 2018, e a LOA estabelece os programas e ações que o gestor executará no também exercício de 2018 Passou a explicitar sobre as metas e prioridades compostas na LDO. Demonstrou as metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores. Demonstrou que

há previsão de arrecadação de R\$ 31.000.000,00, sendo que R\$ 27.000.000,00 serão provenientes de transferências correntes e apenas R\$ 2.020.000,00 serão compostos de receita própria, o que demonstra a fragilidade da arrecadação municipal e a vulnerabilidade do município nesse momento de crise financeira que o país vem enfrentando. Detalhou, ainda, as despesas por função e por órgão bem como a receita. Em seguida explanou sobre as ações de governo por órgão, para o exercício de 2018 finalizando sua exposição. Após, abriu momento para as colocações dos presentes para esclarecimento de dúvidas e acolhimento de propostas, o Vereador José Maria Caetano indagou sobre recursos para calçar vias municipais, conforme explanado pelo expositor de que há essa meta prevista, ao que foi respondido que há previsão genérica para o gasto e não previsão determinada, ou seja, previsão de calçamento desta ou daquela via. Continuou o vereador a indagar sobre a conscientização tributária no município com a finalidade de combater a sonegação. Expositor explicou que a geração de nota fiscal é importante para que o município possa ter melhor participação nos índices inclusive trabalhando os produtores rurais para emissão de notas e guias de mercadorias, o que não fazem na maioria das vezes por falta de informação, fato que atrapalha a melhora da arrecadação no município. Aberto a mais questionamentos e à recepção de propostas pelos participantes, não houve mais nenhum questionamento nem propostas. Diante disto, o expositor deu por encerrada a audiência pública agradecendo a presença de todos. Nada mais a registrar, foi encerrada a presente ata que, por solicitação da Srª Secretária de Administração e Finanças, lavrei  (Adjar Fabiano De Martin).

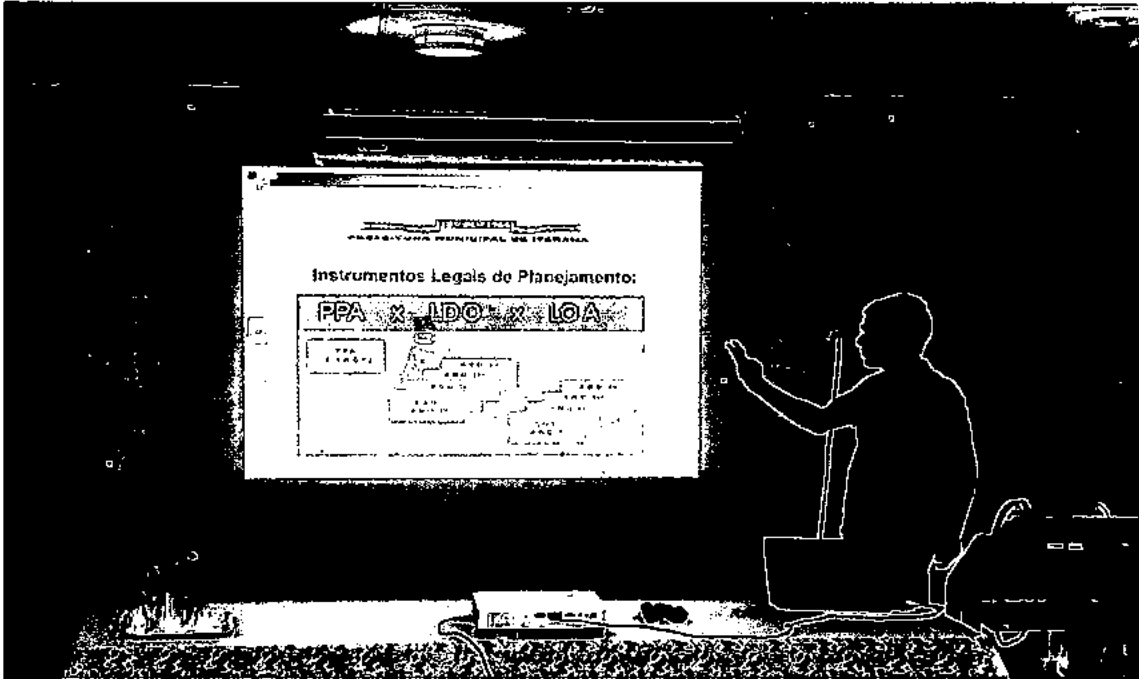

Ademar Schneider
Prefeito do Município de Itarana


Roselene Monteiro Zanetti
Secretária Municipal de Administração e Finanças


Franciane De Martin Rossoni
Contadora do Município

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE PROPOSTAS PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2018

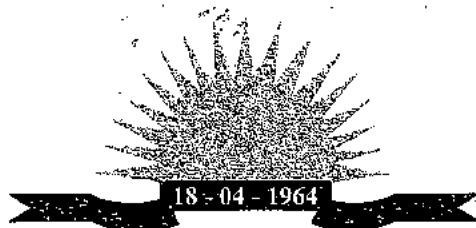
C.M.I. - ES
Nº 066/18
+



RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE PROPOSTAS PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2018

C.M.I. - ES
n.º 062/17
↓





C.M.I. - ES
Nº 023/12
4

CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25/10/2017

(18ª (DÉCIMA OITAVA) S.O. DA 13ª LEGISLATURA)

"MANDATO DE 01/01/2017 A 31/12/2020"

- PROJETO DE LEI Nº 025/2017 DE 26/09/2017, DO PODER EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

(PROTOCOLO DE FLS. 14-F, SOB O Nº 374, DE 27/09/2017)

- PROJETO DE LEI Nº 026/2017 DE 27/09/2017, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº1115/2015 QUE ADOTA O DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, INSTITUÍDO E ADMINISTRADO PELA AMUNES, COMO VEÍCULO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DOS ATOs NORMATIVOS E ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO DE ITARANA-ES".

(PROTOCOLO DE FLS. 14-F, SOB O Nº 374, DE 27/09/2017)


- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2017 DE 28/09/2017, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA O CAPUT DO ART. 175 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 001/2008, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO, DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITARANA/ES".

(PROTOCOLO DE FLS. 14-V, SOB O Nº 378, DE 28/09/2017)

- PROJETO DE LEI Nº027/2017 de 11/10/2017, DE AUTORIA DO VEREADOR OZEIAS BALDOTTO, QUE "ALTERA O CAPUT DO ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 1245/2017, QUE DISPÕE SOBRE NOVA DENOMINAÇÃO À ESCOLA DE ENSINO INFANTIL LIMOEIRO DE SANTO ANTONIO E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

(PROTOCOLO DE FLS. 12-F, SOB O Nº 115-E, DE 11/10/2017)

CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA/ES, 24 DE OUTUBRO DE 2017.


EMMANUEL DE AQUINO E SOUZA
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

C.M.I. - ES
Nº 025/17
f

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, ÉTICA, DECORO
PARLAMENTAR, ORÇAMENTO, FINANÇAS. TOMADA DE
CONTAS E REDAÇÃO**

RELATÓRIO

Chegou para análise desta Comissão Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo que "Dispõe Sobre As Diretrizes Para Elaboração Da Lei Orçamentária Para O Exercício Financeiro De 2018 E Dá Outras Providencias", que recebeu nesta casa o nº 025/2017.

Justifica a possibilidade de aprovação em Plenário, haja vista, a necessidade de orientação do Executivo concernente à elaboração da Lei Orçamentária Anual, para que atenda os requisitos previstos no § 2º do art. 165 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000.

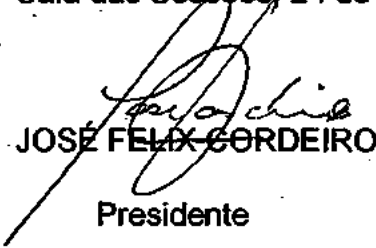
O prazo regimental transcorreu sem que fossem apresentadas Emendas ao projeto.

Possui o Projeto abrigo na legislação que trata da matéria. O Poder Legislativo é o órgão competente para deliberar sobre o tema.

Não havendo qualquer ilegalidade no projeto apresentado, recomendamos a remessa do presente ao plenário para discussão e votação.

É o parecer.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2017.


JOSE FELIX CORDEIRO

Presidente



OZÉIAS BALDOTTO

Membro



VALDIR KOPP

Membro



C.M.I. - ES
Nº 025/17
4

CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, EDUCAÇÃO,
SAÚDE, ASSISTÊNCIA E DIREITOS HUMANOS.**

RELATÓRIO

Chegou para análise desta Comissão Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo que "Dispõe Sobre As Diretrizes Para Elaboração Da Lei Orçamentária Para O Exercício Financeiro De 2018 E Dá Outras Providencias", que recebeu nesta casa o nº 025/2017.

Justifica a possibilidade de aprovação em Plenário, haja vista, a necessidade de orientação do Executivo concernente à elaboração da Lei Orçamentária Anual, para que atenda os requisitos previstos no § 2º do art. 165 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000.

O prazo regimental transcorreu sem que fossem apresentadas Emendas ao projeto.

Possui o Projeto abrigo na legislação que trata da matéria. O Poder Legislativo é o órgão competente para deliberar sobre o tema.

Não havendo qualquer ilegalidade no projeto apresentado, recomendamos a remessa do presente ao plenário para discussão e votação.

É o parecer.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2017.

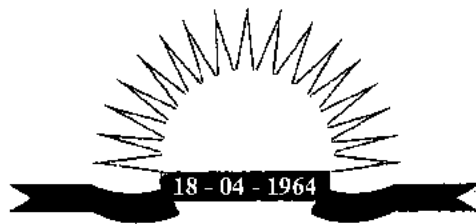

José Maria Caetano De Souza

Presidente


Brunella Colombo Santos

Membro


Arnaldo Martins
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



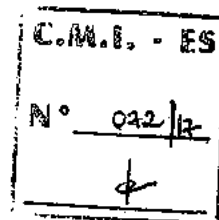
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, ÉTICA, DECORO PARLAMENTAR, ORÇAMENTO, FINANÇAS, TOMADA DE CONTAS E REDAÇÃO, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2017.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de outubro de 2017 (dois mil e dezessete), às 12 h:00m, na Sala das Comissões, reuniram-se os membros da Comissão de Constituição, Justiça, Ética, Decoro Parlamentar, Orçamento, Finanças, Tomada de Contas e Redação, sob a Presidência do Vereador José Félix Cordeiro. O Senhor Presidente iniciou com a chamada dos demais membros da Comissão. Feita a chamada responderam presente, além do Presidente, o Vereador Valdir Koop e o Vereador Ozéias Baldotto. Havendo quorum, o Senhor Presidente deu por aberto os trabalhos desta reunião e comunicou que estavam em Pauta o Projeto de Lei nº 025/2017 de autoria do Poder Executivo Municipal. O Senhor Presidente avocou para si a relatoria do referido Projeto de Lei e, em seguida, apresentou o seu Parecer pela legalidade do Projeto e prosseguimento do trâmite legal. Após ser discutido o Projeto e o Parecer com os demais membros da Comissão, estes concordaram com o Parecer do Relator, recomendando a remessa do Projeto ao Plenário para Discussão e Votação, estando aptos para a inclusão dos mesmos na Ordem do Dia. Nada mais havendo para ser tratado, eu José Félix Cordeiro (José Félix Cordeiro), Presidente da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada na forma regimental.


JOSE FÉLIX CORDEIRO
PRESIDENTE e RELATOR


OZÉIAS BALDOTTO
Membro


VALDIR KOOP
Membro




CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

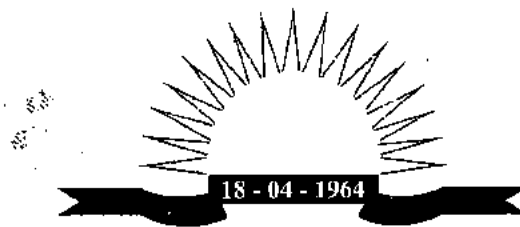
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA E DIREITOS HUMANOS, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2017.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de outubro de 2017 (dois mil e dezessete), às 12 h:00m, na Sala das Comissões, reuniram-se os membros da Comissão de Constituição, Justiça, Ética, Decoro Parlamentar, Orçamento, Finanças, Tomada de Contas e Redação, sob a Presidência do Vereador José Maria Caetano De Souza. O Senhor Presidente iniciou com a chamada dos demais membros da Comissão. Feita a chamada responderam presente, além do Presidente, o Vereadora Brunella Colombo Santos e o Vereador Arnaldo Martins. Havendo quorum, o Senhor Presidente deu por aberto os trabalhos desta reunião e comunicou que estavam em Pauta o Projeto de Lei nº 025/2017 de autoria do Poder Executivo Municipal. O Senhor Presidente avocou para si a relatoria do referido Projeto de Lei e, em seguida, apresentou o seu Parecer pela legalidade do Projeto e prosseguimento do trâmite legal. Após ser discutido o Projeto e o Parecer com os demais membros da Comissão, estes concordaram com o Parecer do Relator, recomendando a remessa do Projeto ao Plenário para Discussão e Votação, estando aptos para a inclusão dos mesmos na Ordem do Dia. Nada mais havendo para ser tratado, eu funcionário (José Maria Caetano De Souza), Presidente da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada na forma regimental.


JOSÉ MARIA CAETANO DE SOUZA
PRESIDENTE


BRUNELLA COLOMBO SANTOS
MEMBRO


ARNALDO MARTINS
MEMBRO



CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

VOTAÇÃO

18ª Sessão Ordinária da 13ª Legislatura - dia 25/10/2017

Vereadores presentes: Ananias Delboni-PRP, Arnaldo Martins PR, Brunella Colombo Santos-PSDB, Emmanuel de Aquino e Souza- PDT(Presidente), José Alberto Neumann-PSB, José Felix Cordeiro-PMN, José Maria Caetano de Souza-PT, Ozéias Baldotto-PSB e Valdir Kopp-PDT.

Matéria:

1 - PROJETO DE LEI Nº 025/2017 de autoria do Executivo que "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2108 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

- PRIMEIRA VOTAÇÃO.

- APROVADO POR UNANIMIDADE.

2 - PROJETO DE LEI 026/2017 de autoria do Executivo que "ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1115/2014 QUE ADOTA O DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, INSTITUÍDO E ADMINISTRADO PELA AMUNES, COMO VEÍCULO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS E ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO DE ITARANA/ES.

- ÚNICA VOTAÇÃO.

- APROVADO POR UNANIMIDADE.

3 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2017 de autoria do Executivo que "ALTERA O CAPUT DO ART. 175 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 001/2008, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO, DAS AUTÁRQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ITARANA/ES".

- PRIMEIRA VOTAÇÃO.

- APROVADO POR UNANIMIDADE.

4 - PROJETO DE LEI 027/2017 de autoria do Vereador Ozéias Baldotto-PSB que "ALTERA O CAPUT DO ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 1245/2017, QUE DISPÕE SOBRE NOVA DENOMINAÇÃO À ESCOLA DE ENSINO INFANTIL LIMOEIRO DE SANO ANTONIO E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

- ÚNICA VOTAÇÃO.

- APROVADO POR UNANIMIDADE.



C.M.I. - ES
Nº 014/17
↓

CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 08/11/2017

(19ª (DÉCIMA NONA) S.O. DA 13ª LEGISLATURA)

"MANDATO DE 01/01/2017 A 31/12/2020"

- 2ª DISCUSSÃO E 2ª VOTAÇÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2017 DE 28/09/2017, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA O CAPUT DO ART. 175 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 001/2008, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO, DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITARANA/ES".

(PROTOCOLO DE FLS. 14-V, SOB O Nº 378, DE 28/09/2017)

- 2ª DISCUSSÃO E 2ª VOTAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 025/2017 DE 26/09/2017, DO PODER EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

(PROTOCOLO DE FLS. 14-F, SOB O Nº 374, DE 27/09/2017)

CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA/ES, 07 DE NOVEMBRO DE 2017.


EMMANUEL DE AQUINO E SOUZA
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

VOTAÇÃO

19ª Sessão Ordinária da 13ª Legislatura - dia 08/11/2017

Vereadores presentes: Ananias Delboni-PRP, Arnaldo Martins PR, Brunella Colombo Santos-PSDB, Emmanuel de Aquino e Souza- PDT(Presidente), José Alberto Neumann-PSB, José Felix Cordeiro-PMN, José Maria Caetano de Souza-PT, Ozéias Baldotto-PSB e Valdir Kopp-PDT.

Matéria:

1 - PROJETO DE LEI Nº 025/2017 de autoria do Executivo que "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2108 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

- SEGUNDA VOTAÇÃO.

- APROVADO POR UNANIMIDADE.

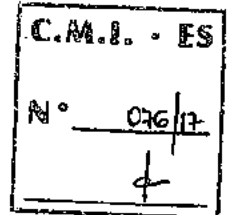
2 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2017 de autoria do Executivo que "ALTERA O CAPUT DO ART. 175 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 001/2008, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO, DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ITARANA/ES".

-SEGUNDA VOTAÇÃO.

- APROVADO POR UNANIMIDADE.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Itarana/ES, 09 de novembro de 2017.

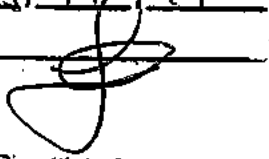
OF.GP/CMI/ES Nº 181/2017

Senhor Prefeito

Cumpre-nos encaminhar a Vossa Excelência, para os trâmites legais, conforme Art. 35, XVI e XXVII, "b" do Regimento Interno, o autógrafo do Projeto de Lei nº 025/2017 que "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", de autoria desse Executivo, aprovado em Primeira e Segunda Votação na Sessão Ordinária de 25/10/2017 e 08/11/2017 respectivamente.

Atenciosamente

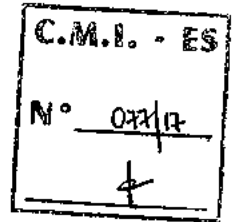

EMMANUEL DE AQUINO E SOUZA
Presidente

RECEBEMOS
09/11/17

Edvan Piorotti de Queiroz
Secretário-Chefe do
Gabinete do Prefeito

Excelentíssimo Senhor
ADEMAR SCHNEIDER
Prefeito Municipal
Itarana/ES



CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº. 025/2017

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA
LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO
DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Itarana, Estado do Espírito Santo, faz saber que aprovou:

Art. 1º. O orçamento do Município de Itarana/ES, para o exercício financeiro de 2018, será elaborado e executado segundo as diretrizes gerais estabelecidas nos termos desta Lei em cumprimento ao § 2º do art. 165, da Constituição Federal, do art. 4º da Lei Complementar e da Lei Orgânica Municipal, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II - a organização e estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes gerais para elaboração da lei orçamentária anual e suas alterações;
- IV - as diretrizes para execução da Lei Orçamentária;
- V - as disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do município;
- VII - as disposições relativas às despesas com pessoal;
- VIII - as disposições finais.

CAPÍTULO I

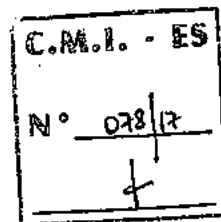
Das Prioridades e Metas da Administração Municipal

Art. 2º. Em obediência ao disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, esta Lei definirá as metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o estabelecido no Anexo I que a integra esta Lei, em compatibilidade com a programação dos orçamentos e os objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual.

Art. 3º. Em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, resultado nominal e o montante da dívida pública para o exercício de 2018, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII que integram esta Lei, em obediência a Portaria nº. 403, de 28 de junho de 2016, expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 4º. Os Anexos de Metas Fiscais referidos no artigo anterior, constituem-se dos seguintes informações:

- I - Demonstrativo I: Metas Anuais;
- II - Demonstrativo II: Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III - Demonstrativo III: Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV - Demonstrativo IV: Evolução do Patrimônio Líquido;



CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- V - Demonstrativo V: Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;**
- VI - Demonstrativo VI: Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;**
- VII - Demonstrativo VII: Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;**
- VIII - Demonstrativo VIII: Margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.**

Parágrafo único. Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá as Metas Fiscais do Município.

CAPÍTULO II
Da Organização e Estrutura dos Orçamentos

Art. 5º. Os Orçamentos Fiscais e da Segundade Social discriminarão a despesa por Unidade Orçamentária, segundo a classificação funcional-programática estabelecida pela Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, expedida pelo Ministério de Orçamento e Gestão, especificando discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I, do § 1º, do art. 2º, e § 2º, do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, especificando para cada projeto, atividade e operação especial os grupos de despesas com seus respectivos valores.

Art. 6º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - operação especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

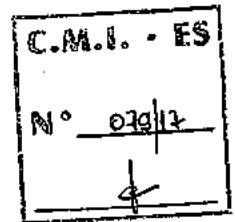
V - unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

Art. 7º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores em metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Art. 8º. Cada atividade, projeto e operação especial, identificará a função, subfunção, o programa de governo, a unidade e o órgão orçamentário, às quais se vinculam.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Parágrafo único. Na indicação do grupo de despesa a que se refere o caput deste artigo será obedecida a seguinte classificação estabelecida em norma federal:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - juros e encargos da dívida;
- III - outras despesas correntes;
- IV - investimentos;
- V - inversões financeiras;
- VI - amortização da dívida;
- VII - reserva de contingência.

CAPÍTULO III

Das Diretrizes Gerais para Elaboração da Lei Orçamentária Anual e suas Alterações

Art. 9º. O orçamento do Município para o exercício de 2018 será elaborado e executado visando a obedecer entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, em consonância com o disposto no § 1º, do art. 1º, alínea "a" do inciso I, do art. 4º e art. 48 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, e a ampliação da capacidade de investimento.

Art. 10. Os estudos para definição da estimativa da receita para o exercício financeiro de 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, considerará os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes, conforme preceitua o art. 12 da Lei Complementar nº. 101, de maio de 2000.

Art. 11. No Projeto de Lei da Proposta Orçamentária Anual, as receitas e as despesas serão orçadas em moeda corrente (real), estimados para o exercício de 2018.

Art. 12. O Poder Legislativo do Município de Itarana e o SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itarana encaminharão ao Poder Executivo até 15 de outubro de 2018, a descrição e valores das suas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei da Proposta Orçamentária Anual.

I - proposta orçamentária da despesa do Poder Legislativo observará o disposto no art. 29-A da Constituição Federal, bem como a previsão da receita municipal para o exercício financeiro de 2018;

II - os duodécimos repassados ao Poder Legislativo, não ultrapassarão os percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior, conforme disposto no inciso I do art. 29-A da Constituição Federal;

III - na efetivação do repasse mensal dos duodécimos ao Poder Legislativo, observar-se-á o limite máximo de repasse estabelecido pelo inciso I, do art. 29-A da Constituição Federal, sendo vedado o repasse de qualquer outro valor em moeda corrente.

Art. 13. Na programação da despesa serão observadas:



CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

C.M.I. - ES
Nº 080/17
↓

I - nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos;

II - não poderão ser incluídas despesas a título de Investimento – Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do §§ 2º, 3º do art. 167, da Constituição Federal e do art. 65 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000;

III - o Município fica autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, quando atendido o art. 62, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 14. Os órgãos da administração indireta e instituições que receberem recursos públicos municipais, terão suas previsões orçamentárias para o exercício de 2018 incorporados à proposta orçamentária do Município.

Art. 15. Somente serão incluídas, na Proposta Orçamentária Anual, dotações para o pagamento de juros, encargos e amortização das dívidas decorrentes das operações de crédito contratadas ou autorizadas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal.

Art. 16. A Receita Corrente Líquida, definida de acordo com inciso IV do art. 2º, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, será destinada, prioritariamente aos custeios administrativos e operacionais, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de amortizações, juros e encargos da dívida, à contrapartida das operações de crédito e às vinculações, observadas os limites estabelecidos pela mesma Lei.

Art. 17. O Poder Executivo destinará, no mínimo, 15% (quinze por cento) das seguintes receitas arrecadadas durante o exercício de 2018, destinadas as ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto no art. 198 da Constituição Federal e Emenda Constitucional nº. 141/2012, e no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme disposto no art. 212 da Constituição Federal:

- I - do total das receitas de impostos municipais (ISS, IPTU, ITBI);
- II - do total das receitas de transferências recebidas da União (quota-parte do FPM; quota-parte do ITR; quota-parte de que trata a Lei Complementar nº 87/96 - Lei Kandir);
- III - do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF;
- IV - das receitas de transferências do Estado (quota-parte do ICMS; quota-parte do IPVA; quota-parte do IPI – exportação);
- V - da receita da dívida ativa tributária de impostos;
- VI - da receita das multas, dos juros de mora e da correção monetária dos impostos e da dívida ativa tributária de impostos.

Art. 18. Na programação de investimentos serão observados os seguintes princípios:



CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

C.M.I. - ES
Nº 021/17
↓

I - novos projetos somente serão incluídos na Lei Orçamentária após atendidos os projetos em andamento, contempladas as despesas de conservação do patrimônio público e assegurada a contrapartida de operações de créditos;

II - as ações delineadas nesta Lei, terão prioridade sobre as demais.

Art. 19. A dotação consignada para Reserva de Contingência será de no máximo 2,0% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida estimada para 2018.

§ 1º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, expedida pelo Ministério do Orçamento e Gestão, art. 8º da Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de maio de 2001, Expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional, conjugado com o disposto na alínea "b" do inciso III do art. 5º, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a Riscos Fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2017, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares as dotações que se tomaram insuficientes.

Art. 20. As Unidades Orçamentárias integrantes do Orçamento Municipal, poderão, mediante Decreto do Poder Executivo, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2018 e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, estendendo-se a presente alteração, inclusive, aos créditos adicionais suplementares.

Art. 21. A Lei Orçamentária Anual conterá autorização para abertura de crédito adicional suplementar em percentual igual ou superior à 50%(cinquenta por cento) do valor da despesa fixada, os quais deverão ser abertos mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo, de acordo com o disposto no Art. 42 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, utilizados como fonte de recursos as definidas no Artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64 de 17 de Março de 1964 e recursos de Convênio, conforme parecer consulta do TCEES nº. 028 de 06 de julho de 2004, podendo os referidos créditos adicionais suplementares serem abertos entre as unidades gestoras integrantes do orçamento consolidado do município.

Parágrafo único. Será considerado nulo de pleno direito, qualquer proposição realizada na Lei Orçamentária Anual de 2018, que vise reduzir o limite mínimo estabelecido neste artigo.

Art. 22. O orçamento fiscal compreenderá os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgão e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo município.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



CAPÍTULO IV
Das Diretrizes para Execução da Lei Orçamentária

Art. 23. O Orçamento para exercício de 2018 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, conforme disposto no arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF.

Art. 24. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2018, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º. Para a limitação de empenho terão prioridades as seguintes despesas:

- I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;
- V - dotações destinadas a subvenções sociais e transferências voluntárias.

§ 2º. Excluem da limitação prevista no caput deste artigo:

- I - as despesas com pessoal e encargos sociais;
- II - as despesas com benefícios previdenciários;
- III - as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;
- IV - as despesas com PASEP;
- V - as despesas com pagamento de precatórios e sentenças judiciais;
- VI - as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§ 3º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 4º. O Poder Executivo e o Poder Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 5º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Art. 25. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações de governo.



C.M.I. - ES
Nº 063/12
+

CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 26. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alterações de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título e a reestruturação organizacional, pelo Poder Executivo e o Poder Legislativo, somente serão admitidos:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se observado o limite estabelecido no inciso III do art. 20, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

III - através de Lei específica.

Art. 27. A execução orçamentária, direcionada para a efetivação das metas fiscais estabelecidas, deverá ainda, manter a receita corrente superavitária frente às despesas correntes, com a finalidade de comportar a capacidade própria de investimento.

Art. 28. Os investimentos com duração superior a 12(doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual, conforme previsto no § 5º do art. 5º da LRF.

Art. 29. O Poder Executivo poderá firmar convênios, termos de fomento, termos de colaboração e acordos de cooperação, respectivamente na forma da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Federal nº 13.019/2014, bem como conforme demais normas aplicáveis à espécie, com outras esferas do governo e instituições privadas para o desenvolvimento dos programas de interesse social dos municípios, com ou sem ônus para o município.

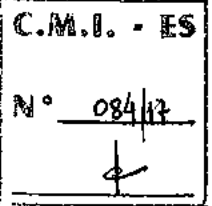
Art. 30. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

§ 1º. Os pagamentos serão efetuados após aprovação pelo Poder Executivo do Plano de Trabalho apresentado pela entidade beneficiada.

§ 2º. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo fixado pelo Poder Executivo, na forma estabelecida no termo de convênio, termo de fomento, termo de colaboração e acordo de cooperação firmado.

Art. 31. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito, nos termos do art. 45 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 32. As despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária, observando o disposto no Art. 62 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 33. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com outras esferas de Governo, no ensino superior, com a finalidade de gerar mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho.

CAPÍTULO V
Das Disposições sobre a Dívida Pública Municipal

Art. 34. A Proposta Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2018 poderá conter autorização para contratação de operação de crédito para atendimento a despesas de capital observado o limite estabelecido por resolução do Senado Federal.

Art. 35. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica, nos termos do Parágrafo único do art. 32, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO VI
Das Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 36. O Executivo Municipal, quando autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vista a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

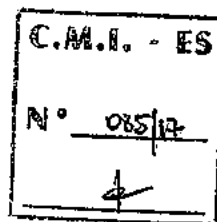
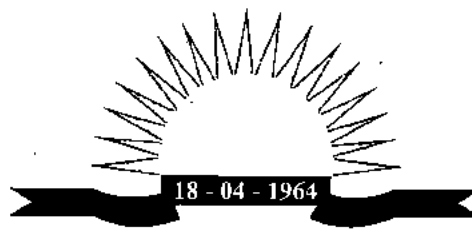
Art. 37. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita, nos termos do inciso II do § 3º do art. 14, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 38. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, conforme dispõe o § 2º do art. 14, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Para incentivar a arrecadação, fica o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a instituir através de Decreto, campanha de estímulo de pagamento de tributos através de Sistema de Sorteio de Prêmios, para os contribuintes do Imposto Predial e Territorial Urbano e dívida ativa.

CAPÍTULO VII
Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal

Art. 39. O Poder Executivo, o Poder Legislativo e Administração Indireta, mediante Lei autorizativa, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma da Lei, observados os limites e as regras estabelecidas pela legislação em vigor.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2018 e em seus créditos adicionais.

Art. 40. Ressalvada a hipótese do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes Executivo e Legislativo, não excederá os limites estabelecidos para gastos com pessoal na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 41. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no inciso III do art. 20, inciso V do Parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 42. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na legislação em vigor:

- I - eliminação de gratificações e vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - dispensa de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPÍTULO VIII
Das Disposições Finais

Art. 43. O Projeto de Lei da Proposta Orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2018, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 44. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 13 e 8º da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 45. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do exercício vigente.

Art. 46. Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2018 não seja sancionado até 31 de dezembro de 2017, a programação dele constante poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada unidade orçamentária, na forma original da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva Lei não for sancionada.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

C.M.I. - ES
Nº 026/17
↓

Art. 47. São vedados quaisquer procedimentos, no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e Contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem comprovação e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 48. Os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos 04 (quatro) meses do exercício financeiro de 2017, poderão ser reabertos, no limite de seus saldos, os quais serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro de 2018, conforme o disposto no § 2º do art. 167, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Na reabertura dos créditos a que se refere este artigo, a fonte de recursos deverá ser identificada como saldo de exercícios anteriores, independentemente da fonte de recursos à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 49. Para fins do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, fica estabelecido como despesas consideradas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666 de 1993, e suas alterações, devidamente autorizado.

Art. 50. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo e do Ministério Público, no mínimo 30(trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da Receita Corrente Líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 51. A Lei Orçamentária Anual discriminará, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art.100 da Constituição Federal.

§ 1º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, administração pública municipal submeterá os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Jurídica do Município.

§ 2º. Os recursos alocados para os fins previstos no *caput* deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

Art. 52. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itarana/ES, 09 de novembro de 2017.


EMMANUEL DE AQUINO E SOUZA
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO I

METAS E PRIORIDADES PARA 2018

O Anexo de Metas e Prioridades para o exercício financeiro de 2018 passará a vigorar de acordo com o disposto na Lei Municipal que se encontra em votação na Câmara Municipal para aprovação do Plano Plurianual de 2018, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

CÂMARA MUNICIPAL:

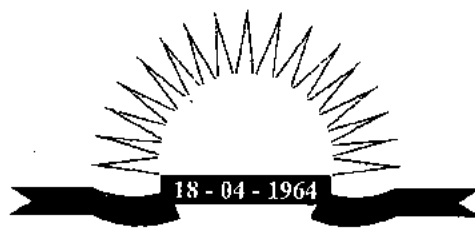
2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL
3.001	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/IMÓVEOS E OBRAS E INSTALAÇÕES

SAAE-SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ITARANA(AUTARQUIA):

2.077	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO SAAE
2.078	CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PATRIM. SERV. PÚBLICOS - PASEP
2.079	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA
2.080	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO
3.024	AMPLIAÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA DE ÁGUA
3.028	CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE CAPACITAÇÃO ELEVATÓRIA DO RESERVATÓRIO DE ÁGUA
3.029	AMPLIAÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA DE ESGOTO

PODER EXECUTIVO:

2.002	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE
2.003	COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
2.004	ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO
2.005	ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
2.006	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
2.007	MANUTENCAO DAS TORRES DE TVs
2.008	MANUTENCAO DOS INATIVOS E PENSIONISTAS
2.009	MANUTENCAO DA PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS
2.010	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO PUBLICO - PASEP
2.011	RECADASTRAMENTO IMOBILIARIO
2.012	RESERVA DE CONTINGENCIA
2.013	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MEIO AMBIENTE, LICENCIAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL
2.014	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E REFLORESTAMENTO DE NASCENTES
2.017	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DISTRIBUIÇÃO DO BLOCO DE PRODUTOR
2.018	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA FROTA DA SECRETARIA
2.019	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CASA DO PRODUTOR
2.020	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DISTRIBUIÇÃO DE MUDAS, SEMENTES E ALEVINOS



CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

C.M.I. - ES
Nº 038/17
+

2.022	MANUTENCAO DAS ACOES BASICAS DE SAUDE - PAB
2.023	MANUTENCAO E DESTINACAO FINAL DOS RESIDUOS DE SAUDE
2.024	COMPENSAÇÃO DE ESPECIFICIDADES REGIONAIS
2.026	MANUTENCAO DOS PROGRAMAS ESF E SAUDE BUCAL
2.027	MANUTENCAO DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE - ACS
2.028	MANUTENCAO DE CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
2.029	MANUTENCAO DAS ATIVIDAS DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC
2.030	REPASSE FINANCEIRO A REDE CREDENCIADA AO SUS - FMATRI
2.031	MANUTENCAO DE SERVICOS DE PREVENCAO CONTRA DEPENDENCIA QUIMICA
2.032	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE EXAMES LABORATORIAIS
2.033	MANUTENCAO DAS ACOES DE VIGILANCIA SANITARIA
2.034	VIGILANCIA E PROMOCAO EM SAUDE
2.035	MANUTENCAO DA ATIVIDADES DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA
2.037	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS
2.038	MANUT. DAS ATIVIDADES DE APOIO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E MENTAL
2.039	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR
2.040	MANUT. DAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (PROT. SOCIAL BÁSICA)
2.041	MANUTENÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA
2.042	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REF. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS (PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA)
2.043	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS
2.047	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA (GESTÃO – SUAS)
2.049	FAMÍLIA ACOLHEDORA
2.050	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA INCLUIR
2.052	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE
2.053	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
2.054	MANUTENÇÃO DA FROTA DA SECRETARIA
2.055	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PODAS E PAISAGISMO URBANO
2.056	MANUTENÇÃO E REABERTURA DE ESTRADAS VICINAIS
2.057	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA
2.058	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICO
2.060	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMEZA DE RIOS E CÓRREGOS
2.061	CEMITÉRIO
2.062	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FÁBRICA DE MANILHA
2.064	MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR
2.065	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL
2.066	MANUTENCAO E REGENCIA DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
2.067	MANUTENCAO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE
2.068	APOIO AO ENSINO SUPERIOR
2.069	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCACAO INFANTIL
2.070	MANUTENCAO E REGENCIA DAS ATIVIDADES DA PRE – ESCOLA
2.071	MANUTENCAO E REGENCIA DAS ATIVIDADES DAS CRECHES
2.072	MANUTENÇÃO E PROMOÇÃO DO TURISMO
2.073	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA
2.074	PROMOÇÃO DE FESTIVIDADES E COMEMORAÇÕES MUNICIPAIS
2.075	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA BIBLIOTECA MUNICIPAL
2.076	MANUTENÇÃO DAS PRÁTICAS DESPORTIVAS
2.086	ADMINISTRACAO DA DIVIDA E DEMAIS OBRIGACOES
2.087	MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL



C.M.I. - L.
Nº 083/12
<i>[Handwritten signature]</i>

CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2.088	ACADEMIA POPULAR
3.002	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O GABINETE
3.003	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA
3.004	CONSTRUÇÃO DA CASA DO PRODUTOR
3.006	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS PARA O PRONAF
3.008	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA A VIGILANCA SANITARIA
3.009	INVESTIMENTOS NA ÁREA DA SAÚDE
3.010	CONTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE UNIDADES E/OU POSTOS DE SAUDE
3.014	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE MULTIPLO USO
3.015	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
3.016	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA
3.017	CONSTRUÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO
3.018	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM-DE RUAS E VIAS PÚBLICAS
3.019	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES E BUEIROS
3.020	CONTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES, JARDINS, CICLOVIAS E CALÇADÃO
3.021	CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE CONTENÇÃO DE ENCOSTAS
3.022	CONSTRUÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA USINA DE TRIAGEM E COMPOSTAGEM
3.023	CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS
3.024	AMPLIAÇÃO, REFORMA E REAPARELHAEMNTO DO SISTEMA DE ÁGUA
3.025	INVESTIMENTOS NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.026	INVESTIMENTOS NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO INFANTIL
3.030	CONSTRUÇÃO DE MATADOURO MUNICIPAL
3.034	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS
3.035	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE RUAS E VIAS PÚBLICAS – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL – FDM
3.036	IMPLANTAÇÃO DA ACADEMIA POPULAR

[Handwritten signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

C.M.I. - ES
Nº 09017
↓

ANEXO II

ANEXO DE METAS FISCAIS

Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais Anuais
(Art. 4º, Parágrafo 2º, Inciso II, LRF)

Tendo como finalidade subsidiar tecnicamente as projeções que constam do anexo de metas fiscais, expomos a base metodológica, bem como o memorial de cálculo utilizado na composição dos valores informados.

A projeção da receita para o exercício financeiro de 2018, levou em consideração a construção de cenários econômicos que procuram se aproximar o máximo possível da realidade.

As metas para o triênio 2018-2020 foram projetadas com base nos parâmetros estabelecidos pelo Governo Federal para o PIB, e no comportamento evolutivo da receita dos últimos anos, procurando evidenciar a perspectiva de um crescimento nominal das receitas e despesas, conforme demonstrativo em anexo. Assim, o crescimento real esperado fundamenta-se, exclusivamente, na observação do comportamento histórico dos índices esperados.

Tendo em vista a dificuldade de aumento efetivo da arrecadação no curto e médio prazo, dada a característica do município de ter como principais fontes de receitas as provenientes de transferências, as medidas de contenção e otimização de gastos públicos se fazem necessárias e tem sido alvo de constante acompanhamento visando à geração de superávit nos próximos exercícios.

No que se refere ao resultado nominal, este indicador tem como objetivo medir a variação do endividamento público através da diferença do estoque líquido da dívida no final de cada exercício, e no caso específico do triênio 2018-2020, a variação será negativa para os últimos anos do triênio, indicando com isso, que houve uma redução da dívida do Município.

Em relação ao resultado primário, sua apuração é obtida pela diferença entre receitas e despesas não financeiras de um mesmo exercício. O resultado do triênio 2018-2020 aponta um equilíbrio entre a variação dos exercícios, evidenciando com isso, a tendência do Município a manter o equilíbrio entre as receitas e despesas não financeiras.

Em relação às projeções das despesas do município, foi considerado o comportamento previsto da receita para os exercícios correspondentes, objetivando manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, não comprometendo o equilíbrio das finanças públicas.

É evidente que, para o alcance do equilíbrio fiscal, não seria suficiente apenas promover o incremento da receita, mas também a implementação de ações que visem o racionamento dos gastos públicos. Neste sentido, o Município vem buscando continuamente aprimorar o contingenciamento de gastos adequando-as às receitas, visando com isso, o equilíbrio das contas públicas.

As medidas pretendidas a serem adotadas para proporcionar um crescimento da receita, algumas já estão em curso e outras deverão ser adotadas, dentre as quais destacamos:



CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

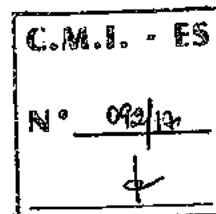
C.M.I. - ES
Nº 091/12
<i>[Signature]</i>

- Atualização do Cadastro Imobiliário, visando alcançar imóveis não cadastrados ou que apresentem situação diversa da constante nos registros municipais;
- Políticas de incentivo à instalação de empresas que realizem negócios compatíveis com a política de desenvolvimento do município;
- Implantação do Programa de modernização Tributária;
- Cobrança da Dívida Ativa;
- Atualização da Legislação Tributária Municipal.

[Signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



ANEXO DE RISCOS FISCAIS

A Lei de Responsabilidade Fiscal, de maio de 2000, determinou que os diversos entes da Federação assumissem o compromisso com a implementação de uma gestão fiscal eficiente e eficaz. Esse compromisso inicia-se com a elaboração da LDO, quando são definidas as metas fiscais, a previsão e os gastos com as receitas esperadas e a identificação dos principais riscos sobre as contas públicas, tendo continuidade com a revisão desses parâmetros na elaboração do projeto de lei orçamentária e o monitoramento durante sua execução, de modo a garantir que os riscos fiscais não afetem o alcance do objetivo maior: o processo de gestão fiscal e social responsável.

Os principais riscos são de natureza fiscal, abrangendo dois tipos: orçamentário e de dívida.

Os riscos orçamentários são aqueles que dizem respeito à possibilidade das receitas e despesas previstas não se confirmarem, isto é, que durante a execução orçamentária ocorram alterações entre receitas e despesas orçadas. No caso da receita, por exemplo, cita-se a frustração na arrecadação de determinado imposto, em decorrência de fatos novos e imprevisíveis à época da programação orçamentária, principalmente, e as mudanças relativas à aceleração ou desaceleração da economia.

Por sua vez, as despesas realizadas pelo Governo podem apresentar disparidades em relação às projeções utilizadas para elaboração do orçamento, que podem variar tanto em função do nível da atividade econômica, quanto a fatores ligados às novas obrigações constitucionais legais, por exemplo.

Ainda assim, é possível equilibrar receitas e despesas da área, uma vez que a determinação e a aplicação de recursos terão aumentos percentuais gradativos ao longo de quatro anos, conforme prevê o projeto em votação; também, haverá maior repasse de recursos pelo Governo Federal ao Município, conforme o número de alunos, no qual se incluirão os alunos da educação infantil e do ensino médio.

Outra despesa importante é o gasto com pessoal e encargos, que basicamente são determinados por decisões associadas a planos de carreira e aumentos salariais. Com o aumento anual previsto para o salário mínimo, o Município terá que rever o Plano de Cargos e Salários, pois alguns níveis salariais irão se equiparar ou terão verbas remuneratórias muito próximas.

Além desse acréscimo, a despesa de pessoal também se elevará pela revisão e redefinição dos valores salariais dos cargos públicos. Havendo possibilidade do Poder Executivo realizar concurso público visando suprir as necessidades da administração para melhoria dos serviços prestados, esta previsão não poderá afetar as contas, já que às despesas decorrentes dos mesmos estão enquadradas na receita prevista.

Os riscos de dívida são oriundos de dois tipos diferentes de eventos. O primeiro, diz respeito à administração da dívida pública, ou seja, riscos decorrentes da variação das taxas de juros vinculados. Já o segundo tipo se refere aos passivos contingentes, isto é, dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como os resultados de julgamento de processos judiciais que envolvam o município.

É de salientar que as regras para os pagamentos resultantes de demandas judiciais estão sujeitos ao regime de precatórios, nos termos da Constituição Federal. Também podem ocorrer riscos



CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

C.M.I. - ES
N° 093/12
4

semelhantes em outros processos, que venham a surgir no decorrer do exercício atual e do triênio 2018-2020, caso das ações judiciais movidas por fornecedores, de que trata o "demonstrativo de riscos fiscais", em anexo. Essas ações judiciais representam risco para o Município, no sentido de que os fornecedores poderão mover processos judiciais, na tentativa de receberem suas dívidas geradas, liquidadas e não pagas em exercícios anteriores, as quais, em sua maioria, não mais estejam inscritas em dívidas, dadas suas prescrições de prazo para pagamento. E esses riscos, caso ocorram, serão suportados pela Reserva de Contingência.

Em síntese, os riscos decorrentes dos passivos contingentes têm a característica de imprevisibilidade quanto à sua concretização, por haver sempre a possibilidade de o Município recorrer a todas as instâncias judiciais para defender e comprovar a legalidade da ação pública, o que pode resultar na não ocorrência do impacto fiscal. E, mesmo na ocorrência de decisão desfavorável ao Município, o impacto fiscal dependerá da forma de pagamento que for efetuada, devendo sempre ser liquidada dentro da realidade orçamentária e financeira do Município.

Nesse contexto, os riscos de dívida são especialmente relevantes, pois restringem a capacidade de realização de investimento do Município e, conseqüentemente, a expansão e aperfeiçoamento da ação governamental.

Para permitir o gerenciamento dos resultados do comportamento dessas variáveis sobre as projeções orçamentárias, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 9º, estabeleceu a avaliação bimestral das receitas, de forma a compatibilizar a execução orçamentária e financeira, com vistas a minorar o impacto restritivo ao cumprimento das metas fiscais fixadas na LDO, assegurando a tendência prevista e potencializando os efeitos positivos. A avaliação bimestral, juntamente com a avaliação do cumprimento das metas fiscais, efetuadas a cada semestre (opção dada pelo artigo 63 da LRF), permite que eventuais diferenças, tanto da receita quanto da despesa, sejam administradas ao longo do ano, de forma que, os riscos que se materializam, sejam compensados com a realocação ou redução de despesas.

ADEMAR SCHNEIDER
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITARANA/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2018

Demonstrativo I
 LRF, art. 4º, § 1

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018				2019				2020			
	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	(a / RCL)	Corrente	Constante	(b / PIB)	(a / RCL)	Corrente	Constante	(c / PIB)	(c / PIB)
(a)		x 100	x 100	(b)		x 100	x 100	(c)		x 100	x 100	
Receita Total	31.000.000,00	28.016.267,51	0,025	0,199	32.880.000,00	28.311.643,54	0,026	0,202	34.800.000,00	30.023.293,93	0,027	0,023
Receitas Primárias (I)	27.200.000,00	24.582.015,36	0,022	0,175	28.800.000,00	24.821.166,94	0,023	0,177	30.500.000,00	26.313.519,11	0,024	0,020
Despesa Total	31.000.000,00	28.016.267,51	0,025	0,199	32.880.000,00	28.311.643,54	0,026	0,202	34.800.000,00	30.023.293,93	0,027	0,023
Despesas Primária (II)	30.900.000,00	27.925.892,45	0,025	0,199	32.700.000,00	28.182.366,63	0,026	0,201	34.500.000,00	29.764.472,44	0,027	0,023
Resultado Primário (III)=(I - II)	-3.700.000,00	-3.343.877,09	-0,003	-0,024	-3.900.000,00	-3.361.199,59	-0,003	-0,024	-4.000.000,00	-3.450.953,33	-0,003	-0,003
Resultado Nominal	2.500.000,00	2.259.376,41	0,002	0,016	2.400.000,00	2.068.430,58	0,002	0,015	2.360.000,00	2.027.436,08	0,002	0,002
Dívida Pública Consolidada	3.900.000,00	3.524.627,20	0,003	0,025	3.800.000,00	3.275.015,08	0,003	0,023	3.800.000,00	3.105.857,99	0,003	0,002
Dívida Consolidada Líquida	-980.000,00	-885.575,55	-0,001	-0,006	-1.100.000,00	-948.030,88	-0,001	-0,007	-1.200.000,00	-1.035.286,00	-0,001	-0,001

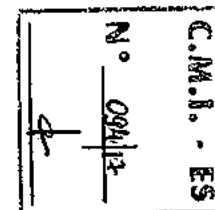
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

Nota:

O Cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico.

VARIÁVEIS	2018	2019	2020
PIB real (crescimento % anual)	2,36	2,50	2,47
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	11,60	11,60	11,60
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	3,85	3,63	3,73

[Assinatura]



Inflação Média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	4,56	4,56	4,40
Projeção do PIB do Estado em - R\$ milhares	123.141.000.000,00	126.219.000.000,00	129.337.000.000,00
Receita Corrente Líquida	15.541.000.000,00	16.249.000.000,00	16.974.000.000,00

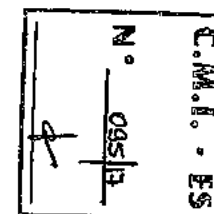
Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2018		2019		2020	
Valor Corrente	1,1085	Valor Corrente	1,1603	Valor Corrente	1,1591

Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Itarana/ES

ITARANA-ES 26 de setembro de 2017.

ADEMAR SCHNEIDER
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITARANA/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2018

Demonstrativo II
 LRF, art. 4º, §2º, inciso I

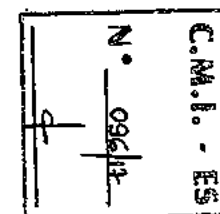
1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2016 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2016 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor	(c) = (b-a) %
Receita Total	32.000.000,00	0,034	110,433	34.133.154,06	0,045	117,795	2.133.154,06	6,67
Receita Primária (I)	30.200.000,00	0,031	104,221	33.498.037,84	0,043	115,603	3.298.037,84	10,92
Despesa Total	32.000.000,00	0,034	110,433	35.033.195,98	0,046	120,901	3.033.195,98	9,48
Despesa Primária (II)	29.900.000,00	0,030	103,186	34.131.701,14	0,043	117,790	4.231.701,14	14,15
Resultado Primário(III)=(I- II)	300.000,00	0,000	1,035	-633.663,30	0,001	-2,187	-933.663,30	-311,22
Resultado Nominal	-170.000,00	0,001	-0,587	1.519.282,53	0,002	5,243	1.689.282,53	-993,70
Dívida Pública Consolidada	1.700.000,00	0,007	5,867	3.035.802,69	0,006	10,477	1.335.802,69	78,58
Dívida Consolidada Líquida	-2.500.000,00	0,004	-8,628	-5.427.345,85	0,000	-18,730	-2.927.345,85	117,09

FONTE:
 Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Itarana/ES

ITARANA-ES 26 de setembro de 2017.

ADEMAR SCHNEIDER
 Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITARANA/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2018

Demonstrativo III

LRF, art.4º, §2º, inciso II

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	
Receita Total	30.047.050,27	34.133.154,06	13,599	30.000.000,00	-12,109	31.000.000,00	3,333	32.850.000,00	5,968	34.800.000,00	5,936	
Receitas Primária (I)	28.849.227,58	33.498.037,84	16,114	28.900.000,00	-13,726	27.200.000,00	-5,882	28.800.000,00	5,882	30.500.000,00	5,903	
Despesa Total	31.856.923,24	35.033.195,98	9,970	30.000.000,00	-14,367	31.000.000,00	3,333	32.850.000,00	5,968	34.800.000,00	5,936	
Despesas Primária (II)	31.513.157,47	34.131.701,14	8,309	31.000.000,00	-9,175	30.900.000,00	-0,323	32.700.000,00	5,825	34.500.000,00	5,505	
Resultado Primário (I - II)	-2.663.929,89	-633.663,30	76,213	-2.100.000,00	231,406	-3.700.000,00	76,190	-3.900.000,00	5,405	-4.000.000,00	2,564	
Resultado Nominal	1.979.239,17	1.519.282,53	23,239	-170.000,00	111,189	2.500.000,00	1.570,588	2.400.000,00	-4,000	2.350.000,00	2,083	
Dívida Pública Consolidada	3.489.092,49	3.035.802,69	12,992	4.000.000,00	0,000	3.900.000,00	-2,500	3.800.000,00	-2,564	3.600.000,00	5,263	
Dívida Consolidada Líquida	-6.837.832,85	-5.427.345,85	20,628	-3.100.000,00	-42,882	-980.000,00	-68,387	-1.100.000,00	12,245	-1.200.000,00	9,091	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	
Receita Total	32.114.287,33	34.133.154,06	6,287	31.602.000,00	-7,418	34.301.500,00	8,542	38.115.855,00	11,120	40.336.680,00	5,827	
Receitas Primária (I)	30.834.064,44	33.498.037,84	8,640	30.443.260,00	-9,119	30.096.800,00	-1,138	33.416.640,00	11,031	35.352.550,00	5,793	
Despesa Total	34.048.679,56	35.033.195,98	2,891	31.602.000,00	-9,794	34.301.500,00	8,542	38.115.855,00	11,120	40.336.680,00	5,827	
Despesas Primária (II)	33.881.262,70	34.131.701,14	1,337	32.655.400,00	-4,325	34.190.850,00	4,702	37.941.810,00	10,971	39.988.950,00	5,395	
Resultado Primário (I - II)	-2.847.208,27	-633.663,30	77,744	-2.212.140,00	249,103	-4.094.050,00	85,072	-4.525.170,00	10,530	-4.636.400,00	2,458	
Resultado Nominal	2.115.410,82	1.519.282,53	28,180	-179.078,00	111,787	2.766.250,00	1.644,718	2.784.720,00	0,668	2.723.885,00	2,185	
Dívida Pública Consolidada	3.729.142,05	3.035.802,69	-	4.213.600,00	0,000	4.315.350,00	2,415	4.409.140,00	2,173	4.172.760,00	-	

N.º ORÇ. 14
 C.M.I. - ES

Dívida Consolidada Líquida	-7.308.275,75	-5.427.345,85	18,592 25,737	-3.265.540,00	-39,832	-1.084.370,00	-66,794	-1.276.330,00	17,702	-1.390.920,00	5,361 8,978
----------------------------	---------------	---------------	------------------	---------------	---------	---------------	---------	---------------	--------	---------------	----------------

Nota:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

INDICES DE INFLAÇÃO						
Exercícios	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Índices	10,71	6,28	4,85	4,56	4,56	4,40
VALORES DE REFERENCIA						
Valor Corrente x (Valor Referência)	1,0688	1,0000	1,0534	1,1065	1,1603	1,1591

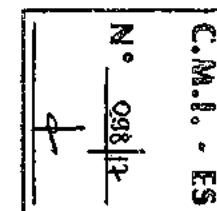
Inflação Média (% annual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE.

FONTE:

Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Itarana/ES

ITARANA-ES 26 de setembro de 2017.

ADEMAR SCHNEIDER
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE ITARANA/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2018

Demonstrativo IV

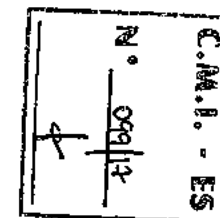
PREFEITURA-CONSOLIDADO						
LRF, art.4º, §2º, inciso III	R\$ 1,00					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital-ARL	42.701.590,06	100,00	26.402.054,43	100,00	32.405.269,55	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	42.701.590,06	100,00	26.402.054,43	100,00	32.405.269,55	100,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Demonstrativos das PCA's (Prestações de Contas Anuais do Município de Itarana)

ITARANA-ES 26 de setembro de 2017.

ADEMAR SCHNEIDER
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITARANA/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2018

Demonstrativo V

LRF, art.4º, §2º, inciso III

RS 1,00

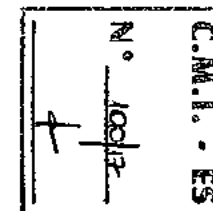
RECEITAS REALIZADAS	2016 (a)	2015 (b)	2014 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - I	0,00	433.200,00	478,85
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	433.200,00	478,85
Alienação de Bens Móveis	0,00	433.200,00	478,85
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I)	0,00	433.200,00	478,85
DESPESAS LIQUIDADAS	2016 (d)	2015 (e)	2014 (f)
APLICAÇÃO DOS REC. ALIENAÇÃO DE ATIVOS-II	387.072,01	43.410,81	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	387.072,01	43.410,81	0,00
Investimentos	387.072,01	43.410,81	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES RPPS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II)	387.072,01	43.410,81	0,00
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III)	(g) = (I a - II d) + (III h)	(h) = (I b - II e) + (III i)	(i) = (I c - II f)
	3.196,03	390.268,04	478,85

FONTE:

Demonstrativos das PCA's (Prestações de Contas Anuais do Município de Itarana)

ITARANA-ES 26 de setembro de 2017.

ADEMAR SCHNEIDER
 Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITARANA-ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2018

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outras Receitas Correntes			

Carla

C.M.I. - ES
 N.º 10112
 1

Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (II)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I+II)			

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2014	2015	2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (V)			
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV+V)			

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)			
--	--	--	--

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2014	2015	2016
VALOR			

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2014	2015	2016
VALOR			

[Handwritten signature]

C.M.I. - ES
N.º 102/17
P


APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2014	2015	2016
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			

BENS E DIREITOS DO RPPS	2014	2015	2016
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES (VIII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patrimonial			



C.M.I. - ES N.º 203/12 
--

Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (IX)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)			

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2014	2015	2016
--	-------------	-------------	-------------

ADMINISTRAÇÃO (XI)			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (XII)			
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)			

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)			
--	--	--	--

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2014	2015	2016
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			

C.M.I. - ES
 N.º 10/11
 4

Recursos para Formação de Reserva

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

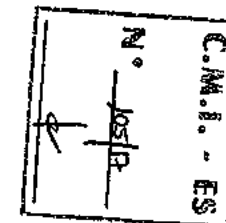
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)

FONTE:

Demonstrativos das PCA's (Prestações de Contas Anuais do Município de Itarana)

ITARANA-ES 26 de setembro de 2017.

ADEMAR SCHNEIDER
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE ITARANA/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2018

Demonstrativo VII
 LRF, art. 4º, § 2º, inciso
 V

R\$ 1,00

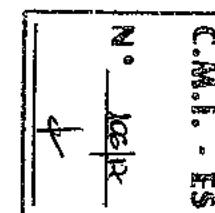
SETORES/PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	Tributo/Contribuição	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
		2018	2019	2020	
	IPTU	0,00	0,00	0,00	
	ITBI	0,00	0,00	0,00	
	ISS	0,00	0,00	0,00	
	Taxas	0,00	0,00	0,00	
	Cont. de Melhoria	0,00	0,00	0,00	
	Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	
TOTAL		0,00	0,00	0,00	

FONTE:

Informamos que a Prefeitura Municipal de Itarana, atendendo ao disposto no art. 4º § 2º, Inciso V, da LRF Lei de Responsabilidade Fiscal, não pretende efetivar nenhum tipo de renúncia de receita compreendida como incentivos fiscais, anistias, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições.

ITARANA-ES 26 de setembro de 2017.

ADEMAR SCHNEIDER
 Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITARANA/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2018

Demonstrativo VIII
 LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

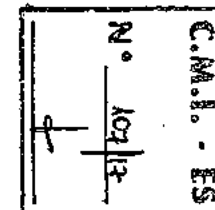
EVENTO	Valor Previsto 2018
Aumento Permanente da Receita	1.000.000,00
(-) Transferências constitucionais	550.000,00
(-) Transferências ao FUNDEB	250.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	200.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	200.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Impacto de Novas DOCC	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	200.000,00

FONTE:

Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura Municipal de Itarana/ES

ITARANA-ES 26 de setembro de 2017.

ADEMAR SCHNEIDER
 Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITARANA/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2018

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	0,00	Abertura de Créditos Adicionais	430.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		
Avais e Garantias Concedidas	0,00		
Assunção de Passivos	430.000,00		
Assistências Diversas	0,00		
Outros Passivos Contingentes	0,00		
SUBTOTAL	430.000,00	SUBTOTAL	430.000,00

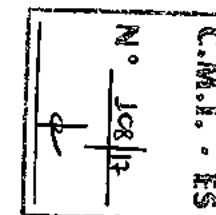
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	430.000,00	TOTAL	430.000,00

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Itarana/ES

O aumento do salário mínimo federal, implicará negativamente nas contas públicas do município, uma vez que irá atingir uma faixa maior da tabela padrão salarial da Prefeitura Municipal. Além disso, a possibilidade de correção da tabela de padrão salarial da prefeitura irá aumentar as despesas correntes do município, apesar de não ultrapassarem o limite de gastos com pessoal estabelecido pelos art. 19 e 20 da Lei 101/00.

ITARANA-ES 26 de setembro de 2017.

ADEMAR SCHNEIDER
 Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
ITARANA - ESPÍRITO SANTO

Jucate de Lima Malta
Assistente Legislativo e
Administrativo CMI/ES

OF.PMI/GP/N° 404/2017

ITARANA/ES 13 DE NOVEMBRO DE 2017

Senhor Presidente e demais Edis

Encaminho-vos, em anexo, a esta casa de Leis, as Leis sancionadas, abaixo descritas.

- **LEI N° 1264/2017**

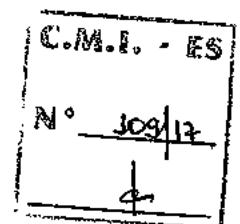
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- **LEI COMPLEMENTAR N° 024/2017**

ALTERA A *CAPUT* DO ART. 175 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 001/2008, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO, DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITARANA/ES.

Atenciosamente.


ADEMAR SCHNEIDER
Prefeito Municipal
Ao Excelentíssimo Senhor



EMMANUEL DE AQUINO E SOUZA
Presidente da Câmara de Vereadores
De Itarana/ES



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

C.M.I. - ES
Nº 110/17
f

LEI Nº. 1264/2017

Certifico que este Ato foi Publicado em 13/11/2017, na pág. 49-89 da edição nº 886, do DOMES. Mat. 4075
--

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Itarana, Estado do Espírito Santo aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O orçamento do Município de Itarana/ES, para o exercício financeiro de 2018, será elaborado e executado segundo as diretrizes gerais estabelecidas nos termos desta Lei em cumprimento ao § 2º do art. 165, da Constituição Federal, do art. 4º da Lei Complementar e da Lei Orgânica Municipal, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II - a organização e estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes gerais para elaboração da lei orçamentária anual e suas alterações;
- IV - as diretrizes para execução da Lei Orçamentária;
- V - as disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do município;
- VII - as disposições relativas às despesas com pessoal;
- VIII - as disposições finais.

CAPÍTULO I

Das Prioridades e Metas da Administração Municipal

Art. 2º. Em obediência ao disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, esta Lei definirá as metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o estabelecido no Anexo I que a integra esta Lei, em compatibilidade com a programação dos orçamentos e os objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual.

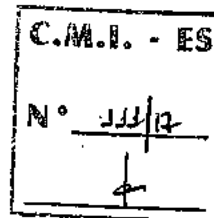
Art. 3º. Em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, resultado nominal e o montante da dívida pública para o exercício de 2018, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII que integram esta Lei, em obediência a Portaria nº. 403, de 28 de junho de 2016, expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 4º. Os Anexos de Metas Fiscais referidos no artigo anterior, constituem-se dos seguintes informações:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARANA/ES
Publicado em nº 1741/2017
Data 13/11/2017
AD
Protocolo nº _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA



- I - Demonstrativo I: Metas Anuais;
- II - Demonstrativo II: Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III - Demonstrativo III: Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV - Demonstrativo IV: Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - Demonstrativo V: Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - Demonstrativo VI: Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;
- VII - Demonstrativo VII: Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VIII - Demonstrativo VIII: Margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo único. Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá as Metas Fiscais do Município.

CAPÍTULO II Da Organização e Estrutura dos Orçamentos

Art. 5º. Os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social discriminarão a despesa por Unidade Orçamentária, segundo a classificação funcional-programática estabelecida pela Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, expedida pelo Ministério de Orçamento e Gestão, especificando discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I, do § 1º, do art. 2º, e § 2º, do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, especificando para cada projeto, atividade e operação especial os grupos de despesas com seus respectivos valores.

Art. 6º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - operação especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

C.M.I. - ES
Nº 112/17
4

V - unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

Art. 7º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores em metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Art. 8º. Cada atividade, projeto e operação especial, identificará a função, subfunção, o programa de governo, a unidade e o órgão orçamentário, às quais se vinculam.

Parágrafo único. Na indicação do grupo de despesa a que se refere o caput deste artigo será obedecida a seguinte classificação estabelecida em norma federal:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - juros e encargos da dívida;
- III - outras despesas correntes;
- IV - investimentos;
- V - inversões financeiras;
- VI - amortização da dívida;
- VII - reserva de contingência.

CAPÍTULO III

Das Diretrizes Gerais para Elaboração da Lei Orçamentária Anual e suas Alterações

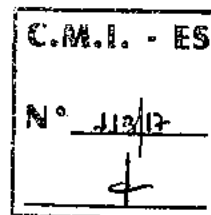
Art. 9º. O orçamento do Município para o exercício de 2018 será elaborado e executado visando a obedecer entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, em consonância com o disposto no § 1º, do art. 1º, alínea "a" do inciso I, do art. 4º e art. 48 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, e a ampliação da capacidade de investimento.

Art. 10. Os estudos para definição da estimativa da receita para o exercício financeiro de 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, considerará os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes, conforme preceitua o art. 12 da Lei Complementar nº. 101, de maio de 2000.

Art. 11. No Projeto de Lei da Proposta Orçamentária Anual, as receitas e as despesas serão orçadas em moeda corrente (real), estimados para o exercício de 2018.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA



Art. 12. O Poder Legislativo do Município de Itarana e o SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itarana encaminharão ao Poder Executivo até 15 de outubro de 2018, a descrição e valores das suas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei da Proposta Orçamentária Anual.

I - proposta orçamentária da despesa do Poder Legislativo observará o disposto no art. 29-A da Constituição Federal, bem como a previsão da receita municipal para o exercício financeiro de 2018;

II - os duodécimos repassados ao Poder Legislativo, não ultrapassarão os percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior, conforme disposto no inciso I do art. 29-A da Constituição Federal;

III - na efetivação do repasse mensal dos duodécimos ao Poder Legislativo, observar-se-á o limite máximo de repasse estabelecido pelo inciso I, do art. 29-A da Constituição Federal, sendo vedado o repasse de qualquer outro valor em moeda corrente.

Art. 13. Na programação da despesa serão observadas:

I - nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos;

II - não poderão ser incluídas despesas a título de Investimento – Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do §§ 2º, 3º do art. 167, da Constituição Federal e do art. 65 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000;

III - o Município fica autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, quando atendido o art. 62, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

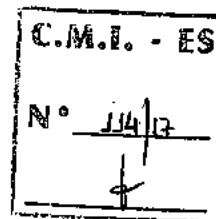
Art. 14. Os órgãos da administração indireta e instituições que receberem recursos públicos municipais, terão suas previsões orçamentárias para o exercício de 2018 incorporados à proposta orçamentária do Município.

Art. 15. Somente serão incluídas, na Proposta Orçamentária Anual, dotações para o pagamento de juros, encargos e amortização das dívidas decorrentes das operações de crédito contratadas ou autorizadas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal.

Art. 16. A Receita Corrente Líquida, definida de acordo com inciso IV do art. 2º, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, será destinada, prioritariamente aos custeios administrativos e operacionais, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de amortizações, juros e encargos da dívida, à contrapartida das operações de crédito e às vinculações, observadas os limites estabelecidos pela mesma Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA



Art. 17. O Poder Executivo destinará, no mínimo, 15% (quinze por cento) das seguintes receitas arrecadadas durante o exercício de 2018, destinadas as ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto no art. 198 da Constituição Federal e Emenda Constitucional nº. 141/2012, e no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme disposto no art. 212 da Constituição Federal:

- I - do total das receitas de impostos municipais (ISS, IPTU, ITBI);
- II - do total das receitas de transferências recebidas da União (quota-parte do FPM; quota-parte do ITR; quota-parte de que trata a Lei Complementar nº 87/96 - Lei Kandir);
- III - do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF;
- IV - das receitas de transferências do Estado (quota-parte do ICMS; quota-parte do IPVA; quota-parte do IPI - exportação);
- V - da receita da dívida ativa tributária de impostos;
- VI - da receita das multas, dos juros de mora e da correção monetária dos impostos e da dívida ativa tributária de impostos.

Art. 18. Na programação de investimentos serão observados os seguintes princípios:

- I - novos projetos somente serão incluídos na Lei Orçamentária após atendidos os projetos em andamento, contempladas as despesas de conservação do patrimônio público e assegurada a contrapartida de operações de créditos;
- II - as ações delineadas nesta Lei, terão prioridade sobre as demais.

Art. 19. A dotação consignada para Reserva de Contingência será de no máximo 2,0% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida estimada para 2018.

§ 1º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, expedida pelo Ministério do Orçamento e Gestão, art. 8º da Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de maio de 2001, Expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional, conjugado com o disposto na alínea "b" do inciso III do art. 5º, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a Riscos Fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2017, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares as dotações que se tornaram insuficientes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

C.M.I. - ES
Nº 115/17
↓

Art. 20. As Unidades Orçamentárias integrantes do Orçamento Municipal, poderão, mediante Decreto do Poder Executivo, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2018 e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, estendendo-se a presente alteração, inclusive, aos créditos adicionais suplementares.

Art. 21. A Lei Orçamentária Anual conterà autorização para abertura de crédito adicional suplementar em percentual igual ou superior à 50%(cinquenta por cento) do valor da despesa fixada, os quais deverão ser abertos mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo, de acordo com o disposto no Art. 42 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, utilizados como fonte de recursos as definidas no Artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64 de 17 de Março de 1964 e recursos de Convênio, conforme parecer consulta do TCEES nº. 028 de 06 de julho de 2004, podendo os referidos créditos adicionais suplementares serem abertos entre as unidades gestoras integrantes do orçamento consolidado do município.

Parágrafo único. Será considerado nulo de pleno direito, qualquer proposição realizada na Lei Orçamentária Anual de 2018, que vise reduzir o limite mínimo estabelecido neste artigo.

Art. 22. O orçamento fiscal compreenderá os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgão e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo município.

CAPÍTULO IV Das Diretrizes para Execução da Lei Orçamentária

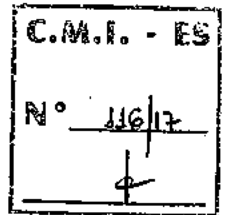
Art. 23. O Orçamento para exercício de 2018 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, conforme disposto no arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF.

Art. 24. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2018, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º. Para a limitação de empenho terão prioridades as seguintes despesas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA



- I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;
- V - dotações destinadas a subvenções sociais e transferências voluntárias.

§ 2º. Excluem da limitação prevista no caput deste artigo:

- I - as despesas com pessoal e encargos sociais;
- II - as despesas com benefícios previdenciários;
- III - as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;
- IV - as despesas com PASEP;
- V - as despesas com pagamento de precatórios e sentenças judiciais;
- VI - as demais despesas que constituam obrigação constitucional e

legal.

§ 3º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tomar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 4º. O Poder Executivo e o Poder Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 5º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Art. 25. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações de governo.

Art. 26. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alterações de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título e a reestruturação organizacional, pelo Poder Executivo e o Poder Legislativo, somente serão admitidos:

- I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
- II - se observado o limite estabelecido no inciso III do art. 20, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- III - através de Lei específica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

C.M.I. - ES
Nº 112/17
+

Art. 27. A execução orçamentária, direcionada para a efetivação das metas fiscais estabelecidas, deverá ainda, manter a receita corrente superavitária frente às despesas correntes, com a finalidade de comportar a capacidade própria de investimento.

Art. 28. Os investimentos com duração superior a 12(doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual, conforme previsto no § 5º do art. 5º da LRF.

Art. 29. O Poder Executivo poderá firmar convênios, termos de fomento, termos de colaboração e acordos de cooperação, respectivamente na forma da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Federal nº 13.019/2014, bem como conforme demais normas aplicáveis à espécie, com outras esferas do governo e instituições privadas para o desenvolvimento dos programas de interesse social dos municípios, com ou sem ônus para o município.

Art. 30. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

§ 1º. Os pagamentos serão efetuados após aprovação pelo Poder Executivo do Plano de Trabalho apresentado pela entidade beneficiada.

§ 2º. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo fixado pelo Poder Executivo, na forma estabelecida no termo de convênio, termo de fomento, termo de colaboração e acordo de cooperação firmado.

Art. 31. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito, nos termos do art. 45 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 32. As despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária, observando o disposto no Art. 62 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 33. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com outras esferas de Governo, no ensino superior, com a finalidade de gerar mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

C.M.I. - ES
Nº 118/17
+

CAPÍTULO V

Das Disposições sobre a Dívida Pública Municipal

Art. 34. A Proposta Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2018 poderá conter autorização para contratação de operação de crédito para atendimento a despesas de capital observado o limite estabelecido por resolução do Senado Federal.

Art. 35. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica, nos termos do Parágrafo único do art. 32, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO VI

Das Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 36. O Executivo Municipal, quando autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vista a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 37. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita, nos termos do inciso II do § 3º do art. 14, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 38. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, conforme dispõe o § 2º do art. 14, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Para incentivar a arrecadação, fica o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a instituir através de Decreto, campanha de estímulo de pagamento de tributos através de Sistema de Sorteio de Prêmios, para os contribuintes do Imposto Predial e Territorial Urbano e dívida ativa.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

C.M.I. - ES
Nº 119/12
+

Art. 39. O Poder Executivo, o Poder Legislativo e Administração Indireta, mediante Lei autorizativa, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma da Lei, observados os limites e as regras estabelecidas pela legislação em vigor.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2018 e em seus créditos adicionais.

Art. 40. Ressalvada a hipótese do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes Executivo e Legislativo, não excederá os limites estabelecidos para gastos com pessoal na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 41. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no inciso III do art. 20, inciso V do Parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 42. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na legislação em vigor:

- I - eliminação de gratificações e vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - dispensa de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPÍTULO VIII **Das Disposições Finais**

Art. 43. O Projeto de Lei da Proposta Orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2018, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 44. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 13 e 8º da Lei Complementar nº. 101/2000.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

C.M.I. - ES
Nº 120/17
<i>[Signature]</i>

Art. 45. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do exercício vigente.

Art. 46. Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2018 não seja sancionado até 31 de dezembro de 2017, a programação dele constante poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada unidade orçamentária, na forma original da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva Lei não for sancionada.

Art. 47. São vedados quaisquer procedimentos, no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e Contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem comprovação e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 48. Os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos 04 (quatro) meses do exercício financeiro de 2017, poderão ser reabertos, no limite de seus saldos, os quais serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro de 2018, conforme o disposto no § 2º do art. 167, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Na reabertura dos créditos a que se refere este artigo, a fonte de recursos deverá ser identificada como saldo de exercícios anteriores, independentemente da fonte de recursos à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 49. Para fins do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, fica estabelecido como despesas consideradas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666 de 1993, e suas alterações, devidamente autorizado.

Art. 50. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo e do Ministério Público, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da Receita Corrente Líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 51. A Lei Orçamentária Anual discriminará, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal.

§ 1º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, administração pública municipal submeterá os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Jurídica do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

C.M.I. - ES
Nº 120/17
↓

§ 2º. Os recursos alocados para os fins previstos no *caput* deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

Art. 52. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Itarana/ES, 10 de novembro de 2017.

ADEMAR SCHNEIDER

Prefeito Municipal de Itarana

ROSELENE MONTEIRO ZANETTI

Secretária Municipal de Administração e Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

C.M.I. - ES
Nº 122/17
<i>[Signature]</i>

ANEXO I

METAS E PRIORIDADES PARA 2018

O Anexo de Metas e Prioridades para o exercício financeiro de 2018 passará a vigorar de acordo com o disposto na Lei Municipal que se encontra em votação na Câmara Municipal para aprovação do Plano Plurianual de 2018, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

CÂMARA MUNICIPAL:

2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL
3.001	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/IMÓVEOS E OBRAS E INSTALAÇÕES

SAAE-SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ITARANA(AUTARQUIA):

2.077	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO SAAE
2.078	CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PATRIM. SERV. PÚBLICOS - PASEP
2.079	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA
2.080	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO
3.024	AMPLIAÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA DE ÁGUA
3.028	CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE CAPACITAÇÃO ELEVATÓRIA DO RESERVATÓRIO DE ÁGUA
3.029	AMPLIAÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA DE ESGOTO

PODER EXECUTIVO:

2.002	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE
2.003	COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
2.004	ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO
2.005	ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
2.006	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
2.007	MANUTENCAO DAS TORRES DE TVs
2.008	MANUTENCAO DOS INATIVOS E PENSIONISTAS.
2.009	MANUTENCAO DA PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS



C.M.I. - ES
Nº 123/12
+

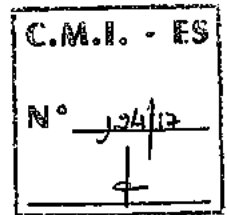
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

- 2.010 PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO PUBLICO - PASEP
- 2.011 RECADASTRAMENTO IMOBILIARIO
- 2.012 RESERVA DE CONTINGENCIA
- 2.013 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MEIO AMBIENTE, LICENCIAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL

- 2.014 RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E REFLORESTAMENTO DE NASCENTES
- 2.017 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DISTRIBUIÇÃO DO BLOCO DE PRODUTOR
- 2.018 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA FROTA DA SECRETARIA
- 2.019 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CASA DO PRODUTOR
- 2.020 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DISTRIBUIÇÃO DE MUDAS, SEMENTES E ALEVINOS
- 2.022 MANUTENCAO DAS ACOES BASICAS DE SAUDE - PAB
- 2.023 MANUTENCAO E DESTINACAO FINAL DOS RESIDUOS DE SAUDE
- 2.024 COMPENSAÇÃO DE ESPECIFICIDADES REGIONAIS
- 2.026 MANUTENCAO DOS PROGRAMAS ESF E SAUDE BUCAL
- 2.027 MANUTENCAO DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE - ACS
- 2.028 MANUTENCAO DE CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
- 2.029 MANUTENCAO DAS ATIVIDAS DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC
- 2.030 REPASSE FINANCEIRO A REDE CREDENCIADA AO SUS - FMATRI
- 2.031 MANUTENCAO DE SERVICOS DE PREVENCAO CONTRA DEPENDENCIA QUIMICA
- 2.032 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE EXAMES LABORATORIAIS
- 2.033 MANUTENCAO DAS ACOES DE VIGILANCIA SANITARIA
- 2.034 VIGILANCIA E PROMOCAO EM SAUDE
- 2.035 MANUTENCAO DA ATIVIDADES DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA
- 2.037 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS
- 2.038 MANUT. DAS ATIVIDADES DE APOIO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E MENTAL
- 2.039 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR
- 2.040 MANUT. DAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (PROT. SOCIAL BÁSICA)
- 2.041 MANUTENÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA
- 2.042 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REF. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS (PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA)
- 2.043 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS
- 2.047 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA (GESTÃO – SUAS)
- 2.049 FAMÍLIA ACOLHEDORA
- 2.050 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA INCLUIR
- 2.052 MANUTENÇÃO DO FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE
- 2.053 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
- 2.054 MANUTENÇÃO DA FROTA DA SECRETARIA
- 2.055 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PODAS E PAISAGISMO URBANO
- 2.056 MANUTENÇÃO E REABERTURA DE ESTRADAS VICINAIS
- 2.057 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA
- 2.058 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICO
- 2.060 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMEZA DE RIOS E CÓRREGOS
- 2.061 CEMITÉRIO
- 2.062 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FÁBRICA DE MANILHA
- 2.064 MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR
- 2.065 MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL
- 2.066 MANUTENCAO E REGENCIA DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
- 2.067 MANUTENCAO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE
- 2.068 APOIO AO ENSINO SUPERIOR



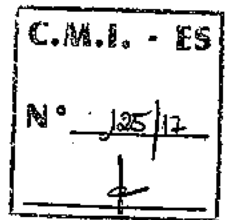
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA



2.069	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCACAO INFANTIL
2.070	MANUTENCAO E REGENCIA DAS ATIVIDADES DA PRE - ESCOLA
2.071	MANUTENCAO E REGENCIA DAS ATIVIDADES DAS CRECHES
2.072	MANUTENÇÃO E PROMOÇÃO DO TURISMO
2.073	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA
2.074	PROMOÇÃO DE FESTIVIDADES E COMEMORAÇÕES MUNICIPAIS
2.075	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA BIBLIOTECA MUNICIPAL
2.076	MANUTENÇÃO DAS PRÁTICAS DESPORTIVAS
2.086	ADMINISTRACAO DA DIVIDA E DEMAIS OBRIGACOES
2.087	MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
2.088	ACADEMIA POPULAR
3.002	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA O GABINETE
3.003	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA
3.004	CONSTRUÇÃO DA CASA DO PRODUTOR
3.006	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS PARA O PRONAF
3.008	AQUISICAO DE EQUIPAMENTO PARA A VIGILANCA SANITARIA
3.009	INVESTIMENTOS NA ÁREA DA SAÚDE
3.010	CONTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE UNIDADES E/OU POSTOS DE SAUDE
3.014	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE MULTIPLO USO
3.015	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
3.016	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA
3.017	CONSTRUÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO
3.018	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE RUAS E VIAS PÚBLICAS
3.019	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES E BUEIROS
3.020	CONTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES, JARDINS, CICLOVIAS E CALÇADÃO
3.021	CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE CONTENÇÃO DE ENCOSTAS
3.022	CONSTRUÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA USINA DE TRIAGEM E COMPOSTAGEM
3.023	CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS
3.024	AMPLIAÇÃO, REFORMA E REAPARELHAEMNTO DO SISTEMA DE ÁGUA
3.025	INVESTIMENTOS NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.026	INVESTIMENTOS NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO INFANTIL
3.030	CONSTRUÇÃO DE MATADOURO MUNICIPAL
3.034	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS
3.035	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE RUAS E VIAS PÚBLICAS - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - FDM
3.036	IMPLANTAÇÃO DA ACADEMIA POPULAR



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA



ANEXO II

ANEXO DE METAS FISCAIS

Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais Anuais (Art. 4º, Parágrafo 2º, Inciso II, LRF)

Tendo como finalidade subsidiar tecnicamente as projeções que constam do anexo de metas fiscais, expomos a base metodológica, bem como o memorial de cálculo utilizado na composição dos valores informados.

A projeção da receita para o exercício financeiro de 2018, levou em consideração a construção de cenários econômicos que procuram se aproximar o máximo possível da realidade.

As metas para o triênio 2018-2020 foram projetadas com base nos parâmetros estabelecidos pelo Governo Federal para o PIB, e no comportamento evolutivo da receita dos últimos anos, procurando evidenciar a perspectiva de um crescimento nominal das receitas e despesas, conforme demonstrativo em anexo. Assim, o crescimento real esperado fundamenta-se, exclusivamente, na observação do comportamento histórico dos índices esperados.

Tendo em vista a dificuldade de aumento efetivo da arrecadação no curto e médio prazo, dada a característica do município de ter como principais fontes de receitas as provenientes de transferências, as medidas de contenção e otimização de gastos públicos se fazem necessárias e tem sido alvo de constante acompanhamento visando à geração de superávit nos próximos exercícios.

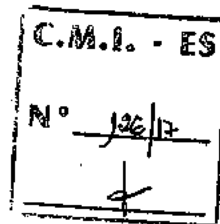
No que se refere ao resultado nominal, este indicador tem como objetivo medir a variação do endividamento público através da diferença do estoque líquido da dívida no final de cada exercício, e no caso específico do triênio 2018-2020, a variação será negativa para os últimos anos do triênio, indicando com isso, que houve uma redução da dívida do Município.

Em relação ao resultado primário, sua apuração é obtida pela diferença entre receitas e despesas não financeiras de um mesmo exercício. O resultado do triênio 2018-2020 aponta um equilíbrio entre a variação dos exercícios, evidenciando com isso, a tendência do Município a manter o equilíbrio entre as receitas e despesas não financeiras.

Em relação às projeções das despesas do município, foi considerado o comportamento previsto da receita para os exercícios correspondentes, objetivando manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, não comprometendo o equilíbrio das finanças públicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA



É evidente que, para o alcance do equilíbrio fiscal, não seria suficiente apenas promover o incremento da receita, mas também a implementação de ações que visem o racionamento dos gastos públicos. Neste sentido, o Município vem buscando continuamente aprimorar o contingenciamento de gastos adequando-as às receitas, visando com isso, o equilíbrio das contas públicas.

As medidas pretendidas a serem adotadas para proporcionar um crescimento da receita, algumas já estão em curso e outras deverão ser adotadas, dentre as quais destacamos:

- Atualização do Cadastro Imobiliário, visando alcançar imóveis não cadastrados ou que apresentem situação diversa da constante nos registros municipais;
- Políticas de incentivo à instalação de empresas que realizem negócios compatíveis com a política de desenvolvimento do município;
- Implantação do Programa de modernização Tributária;
- Cobrança da Dívida Ativa;
- Atualização da Legislação Tributária Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

C.M.I. - ES
Nº 127/17
✓

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

A Lei de Responsabilidade Fiscal, de maio de 2000, determinou que os diversos entes da Federação assumissem o compromisso com a implementação de uma gestão fiscal eficiente e eficaz. Esse compromisso inicia-se com a elaboração da LDO, quando são definidas as metas fiscais, a previsão e os gastos com as receitas esperadas e a identificação dos principais riscos sobre as contas públicas, tendo continuidade com a revisão desses parâmetros na elaboração do projeto de lei orçamentária e o monitoramento durante sua execução, de modo a garantir que os riscos fiscais não afetem o alcance do objetivo maior: o processo de gestão fiscal e social responsável.

Os principais riscos são de natureza fiscal, abrangendo dois tipos: orçamentário e de dívida.

Os riscos orçamentários são aqueles que dizem respeito à possibilidade das receitas e despesas previstas não se confirmarem, isto é, que durante a execução orçamentária ocorram alterações entre receitas e despesas orçadas. No caso da receita, por exemplo, cita-se a frustração na arrecadação de determinado imposto, em decorrência de fatos novos e imprevisíveis à época da programação orçamentária, principalmente, e as mudanças relativas à aceleração ou desaceleração da economia.

Por sua vez, as despesas realizadas pelo Governo podem apresentar disparidades em relação às projeções utilizadas para elaboração do orçamento, que podem variar tanto em função do nível da atividade econômica, quanto a fatores ligados às novas obrigações constitucionais legais, por exemplo.

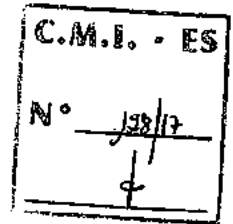
Ainda assim, é possível equilibrar receitas e despesas da área, uma vez que a determinação e a aplicação de recursos terão aumentos percentuais gradativos ao longo de quatro anos, conforme prevê o projeto em votação; também, haverá maior repasse de recursos pelo Governo Federal ao Município, conforme o número de alunos, no qual se incluirão os alunos da educação infantil e do ensino médio.

Outra despesa importante é o gasto com pessoal e encargos, que basicamente são determinados por decisões associadas a planos de carreira e aumentos salariais. Com o aumento anual previsto para o salário mínimo, o Município terá que rever o Plano de Cargos e Salários, pois alguns níveis salariais irão se equiparar ou terão verbas remuneratórias muito próximas.

Além desse acréscimo, a despesa de pessoal também se elevará pela revisão e redefinição dos valores salariais dos cargos públicos. Havendo possibilidade do Poder Executivo realizar concurso público visando suprir as necessidades da administração para melhoria dos serviços prestados, esta previsão não poderá afetar as contas, já que às despesas decorrentes dos mesmos estão enquadradas na receita prevista.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA



Os riscos de dívida são oriundos de dois tipos diferentes de eventos. O primeiro, diz respeito à administração da dívida pública, ou seja, riscos decorrentes da variação das taxas de juros vincendos. Já o segundo tipo se refere aos passivos contingentes, isto é, dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como os resultados de julgamento de processos judiciais que envolvam o município.

É de salientar que as regras para os pagamentos resultantes de demandas judiciais estão sujeitos ao regime de precatórios, nos termos da Constituição Federal. Também podem ocorrer riscos semelhantes em outros processos, que venham a surgir no decorrer do exercício atual e do triênio 2018-2020, caso das ações judiciais movidas por fornecedores, de que trata o "demonstrativo de riscos fiscais", em anexo. Essas ações judiciais representam risco para o Município, no sentido de que os fornecedores poderão mover processos judiciais, na tentativa de receberem suas dívidas geradas, liquidadas e não pagas em exercícios anteriores, as quais, em sua maioria, não mais estejam inscritas em dívidas, dadas suas prescrições de prazo para pagamento. E esses riscos, caso ocorram, serão suportados pela Reserva de Contingência.

Em síntese, os riscos decorrentes dos passivos contingentes têm a característica de imprevisibilidade quanto à sua concretização, por haver sempre a possibilidade de o Município recorrer a todas as instâncias judiciais para defender e comprovar a legalidade da ação pública, o que pode resultar na não ocorrência do impacto fiscal. E, mesmo na ocorrência de decisão desfavorável ao Município, o impacto fiscal dependerá da forma de pagamento que for efetuada, devendo sempre ser liquidada dentro da realidade orçamentária e financeira do Município.

Nesse contexto, os riscos de dívida são especialmente relevantes, pois restringem a capacidade de realização de investimento do Município e, conseqüentemente, a expansão e aperfeiçoamento da ação governamental.

Para permitir o gerenciamento dos resultados do comportamento dessas variáveis sobre as projeções orçamentárias, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 9º, estabeleceu a avaliação bimestral das receitas, de forma a compatibilizar a execução orçamentária e financeira, com vistas a minorar o impacto restritivo ao cumprimento das metas fiscais fixadas na LDO, assegurando a tendência prevista e potencializando os efeitos positivos. A avaliação bimestral, juntamente com a avaliação do cumprimento das metas fiscais, efetuadas a cada semestre (opção dada pelo artigo 63 da LRF), permite que eventuais diferenças, tanto da receita quanto da despesa, sejam administradas ao longo do ano, de forma que, os riscos que se materializam, sejam compensados com a realocação ou redução de despesas.


ADEMAR SCHNEIDER
Prefeito Municipal

18 04 1064

PREFEITURA MUNICIPAL DE

MUNICÍPIO DE ITARANA/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2018

Demonstrativo I

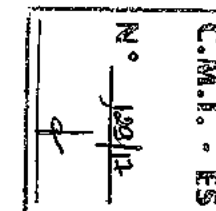
LRF, art. 4º, § 1

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018				2019				2020			
	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	(a / RCL)	Corrente	Constante	(b / PIB)	(a / RCL)	Corrente	Constante	(c / PIB)	(c / PIB)
	(a)		x 100	x 100	(b)		x 100	x 100	(c)		x 100	x 100
Receita Total	31.000.000,00	28.016.267,51	0,025	0,199	32.850.000,00	28.311.643,54	0,026	0,202	34.800.000,00	30.023.293,93	0,027	0,023
Receitas Primárias (I)	27.200.000,00	24.582.015,36	0,022	0,175	28.800.000,00	24.821.166,94	0,023	0,177	30.500.000,00	26.313.519,11	0,024	0,020
Despesa Total	31.000.000,00	28.016.267,51	0,025	0,199	32.850.000,00	28.311.643,54	0,026	0,202	34.800.000,00	30.023.293,93	0,027	0,023
Despesas Primária (II)	30.900.000,00	27.925.892,45	0,025	0,199	32.700.000,00	28.182.366,63	0,026	0,201	34.500.000,00	29.764.472,44	0,027	0,023
Resultado Primário (III)=(I - II)	-3.700.000,00	-3.343.877,09	-0,003	-0,024	-3.900.000,00	-3.361.199,69	-0,003	-0,024	-4.000.000,00	-3.450.953,33	-0,003	-0,003
Resultado Nominal	2.500.000,00	2.259.376,41	0,002	0,016	2.400.000,00	2.068.430,58	0,002	0,015	2.350.000,00	2.027.435,08	0,002	0,002
Dívida Pública Consolidada	3.900.000,00	3.524.627,20	0,003	0,025	3.800.000,00	3.275.015,08	0,003	0,023	3.600.000,00	3.105.857,99	0,003	0,002
Dívida Consolidada Líquida	-980.000,00	-885.675,55	-0,001	-0,006	-1.100.000,00	-948.030,68	-0,001	-0,007	-1.200.000,00	-1.035.286,00	-0,001	-0,001
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

Nota:

O Cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico.



18 04 1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

VARIÁVEIS	2018	2019	2020
PIB real (crescimento % anual)	2,36	2,50	2,47
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	11,60	11,60	11,60
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	3,66	3,63	3,73
Inflação Média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	4,56	4,56	4,40
Projeção do PIB do Estado em - R\$ milhares	123.141.000.000,00	126.219.000.000,00	129.337.000.000,00
Receita Corrente Líquida	15.541.000.000,00	16.249.000.000,00	16.974.000.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

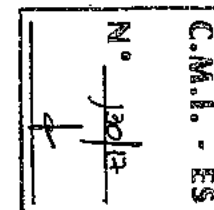
2018	2019	2020
Valor Corrente 1,1065	Valor Corrente 1,1603	Valor Corrente 1,1591

Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Itarana/ES

ITARANA-ES 26 de setembro de 2017.



ADEMAR SCHNEIDER
Prefeito Municipal



18 04 1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

**MUNICÍPIO DE ITARANA/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2018**

Demonstrativo II
LRF, art. 4º, §2º, inciso I

1,00

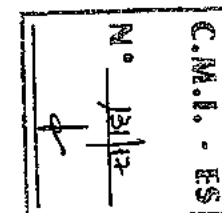
ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2016 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2016 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor a)	(c) = (b- a) % (c/a) x 100
Receita Total	32.000.000,00	0,034	110,433	34.133.154,06	0,045	117,795	2.133.154,06	6,67
Receita Primária (I)	30.200.000,00	0,031	104,221	33.498.037,84	0,043	115,603	3.298.037,84	10,92
Despesa Total	32.000.000,00	0,034	110,433	35.033.195,98	0,046	120,901	3.033.195,98	9,48
Despesa Primária (II)	29.900.000,00	0,030	103,186	34.131.701,14	0,043	117,790	4.231.701,14	14,15
Resultado Primário(III)=(I- II)	300.000,00	0,000	1,035	-633.663,30	0,001	-2,187	-933.663,30	-311,22
Resultado Nominal	-170.000,00	0,001	-0,587	1.519.282,53	0,002	5,243	1.689.282,53	-993,70
Dívida Pública Consolidada	1.700.000,00	0,007	5,867	3.035.802,69	0,006	10,477	1.335.802,69	78,58
Dívida Consolidada Líquida	-2.500.000,00	0,004	-8,628	-5.427.345,85	0,000	-18,730	-2.927.345,85	117,09

FONTE:

Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Itarana/ES

ITARANA-ES 26 de setembro de 2017.


ADEMAR SCHNEIDER
Prefeito Municipal



18 04 1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

MUNICÍPIO DE ITARANA/ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2018**

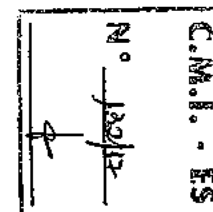
Demonstrativo III

LRF, art.4º, §2º, inciso II

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	
Receita Total	30.047.050,27	34.133.154,06	13,599	30.000.000,00	-12,109	31.000.000,00	3,333	32.850.000,00	5,968	34.800.000,00	5,936	
Receitas Primária (I)	28.849.227,58	33.498.037,84	16,114	28.900.000,00	-13,726	27.200.000,00	-5,882	28.800.000,00	5,882	30.500.000,00	5,903	
Despesa Total	31.856.923,24	35.033.195,98	9,970	30.000.000,00	-14,367	31.000.000,00	3,333	32.850.000,00	5,968	34.800.000,00	5,936	
Despesas Primária (II)	31.513.157,47	34.131.701,14	8,309	31.000.000,00	-9,175	30.900.000,00	-0,323	32.700.000,00	5,825	34.500.000,00	5,505	
Resultado Primário (I - II)	-2.663.929,89	-633.663,30	76,213	-2.100.000,00	231,406	-3.700.000,00	76,190	-3.900.000,00	5,405	-4.000.000,00	2,564	
Resultado Nominal	1.979.239,17	1.519.282,53	23,239	-170.000,00	111,189	2.500.000,00	1.570,588	2.400.000,00	-4,000	2.350.000,00	-	
Dívida Pública Consolidada	3.489.092,49	3.035.802,69	12,992	4.000.000,00	0,000	3.900.000,00	-2,500	3.800.000,00	-2,564	3.600.000,00	5,263	
Dívida Consolidada Líquida	-6.837.832,85	-5.427.345,85	20,628	-3.100.000,00	-42,882	-980.000,00	-68,387	-1.100.000,00	12,245	-1.200.000,00	9,091	

[Handwritten signature]



19 04 1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
Receita Total	32.114.287,33	34.133.154,06	6,287	31.602.000,00	-7,416	34.301.500,00	8,542	38.115.855,00	11,120	40.336.680,00	5,827
Receitas Primária (I)	30.834.054,44	33.498.037,84	8,640	30.443.260,00	-9,119	30.096.800,00	-1,138	33.416.640,00	11,031	35.352.550,00	5,793
Despesa Total	34.048.679,56	35.033.195,98	2,891	31.602.000,00	-9,794	34.301.500,00	8,542	38.115.855,00	11,120	40.336.680,00	5,827
Despesas Primária (II)	33.681.262,70	34.131.701,14	1,337	32.655.400,00	-4,325	34.190.850,00	4,702	37.941.810,00	10,971	39.988.950,00	5,395
Resultado Primário (I - II)	-2.847.208,27	-633.663,30	77,744	-2.212.140,00	249,103	-4.094.050,00	85,072	-4.525.170,00	10,530	-4.636.400,00	2,458
Resultado Nominal	2.115.410,82	1.519.282,53	28,180	-179.078,00	111,787	2.766.250,00	1.644,718	2.784.720,00	0,668	2.723.885,00	2,185
Dívida Pública Consolidada	3.729.142,05	3.035.802,69	18,592	4.213.600,00	0,000	4.315.350,00	2,415	4.409.140,00	2,173	4.172.760,00	5,361
Dívida Consolidada Líquida	-7.308.275,75	-5.427.345,85	25,737	-3.265.540,00	-39,832	-1.084.370,00	-66,794	-1.276.330,00	17,702	-1.390.920,00	8,978

Nota:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

INDICES DE INFLAÇÃO						
Exercícios	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Índices	10,71	6,28	4,85	4,56	4,56	4,40
VALORES DE REFERÊNCIA						
Valor Corrente x (Valor Referência)	1,0688	1,0000	1,0534	1,1065	1,1603	1,1591

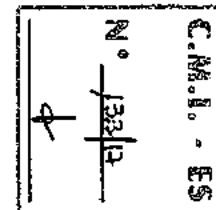
Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE.

FONTE:

Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Itarana/ES

ITARANA-ES 26 de setembro de 2017.


ADEMAR SCHNEIDER
 Prefeito Municipal



18 04 1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
MUNICÍPIO DE ITARANA/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2018

Demonstrativo IV

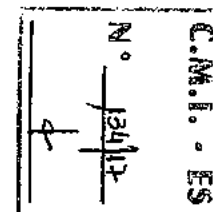
PREFEITURA-CONSOLIDADO						
LRP, art.4º, §2º, inciso III	R\$ 1,00					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital-ARL	42.701.590,06	100,00	26.402.054,43	100,00	32.405.269,55	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	42.701.590,06	100,00	26.402.054,43	100,00	32.405.269,55	100,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Demonstrativos das PCA's (Prestações de Contas Anuais do Município de Itarana)

ITARANA-ES 26 de setembro de 2017.


ADEMAR SCHNEIDER
 Prefeito Municipal



18 04 1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
MUNICÍPIO DE ITARANA/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2018

Demonstrativo V

LRF, art.4º, §2º, inciso III


R\$ 1,00

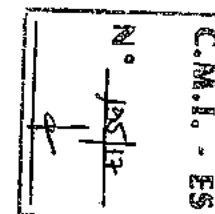
RECEITAS REALIZADAS	2016 (a)	2015 (b)	2014 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - I	0,00	433.200,00	478,85
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	433.200,00	478,85
Alienação de Bens Móveis	0,00	433.200,00	478,85
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I)	0,00	433.200,00	478,85
DESPESAS LIQUIDADAS	2016 (d)	2015 (e)	2014 (f)
APLICAÇÃO DOS REC. ALIENAÇÃO DE ATIVOS-II	387.072,01	43.410,81	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	387.072,01	43.410,81	0,00
Investimentos	387.072,01	43.410,81	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES RPPS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II)	387.072,01	43.410,81	0,00
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III)	(g) = (I a - II d)+(III h)	(h) = (I b - II e)+(III i)	(i) = (I c - II f)
	3.196,03	390.268,04	478,85

FONTE:

Demonstrativos das PCA's (Prestações de Contas Anuais do Município de Itarana)

ITARANA-ES 26 de setembro de 2017.


ADEMAR SCHNEIDER
 Prefeito Municipal



18 04 1964

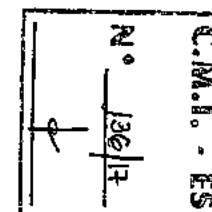
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
MUNICÍPIO DE ITARANA-ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2018

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patrimonial			

[Handwritten signature]



18 04 1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

Receitas Imobiliárias Receitas de Valores Mobiliários Outras Receitas Patrimoniais Receita de Serviços Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos Outras Receitas Correntes Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS Demais Receitas Correntes RECEITAS DE CAPITAL (II) Alienação de Bens, Direitos e Ativos Amortização de Empréstimos Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2014	2015	2016
ADMINISTRAÇÃO (IV) Despesas Correntes Despesas de Capital PREVIDÊNCIA (V) Benefícios - Civil Aposentadorias Pensões Outros Benefícios Previdenciários Benefícios - Militar Reformas Pensões Outros Benefícios Previdenciários Outras Despesas Previdenciárias Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			

[Handwritten signature] *PP.*

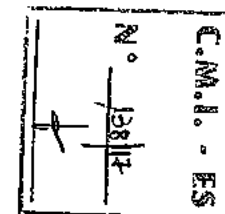
C.M.I. - ES
 N.º 12/12
[Handwritten mark]

18 04 1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)			
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2014	2015	2016
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2014	2015	2016
VALOR			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2014	2015	2016
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS	2014	2015	2016
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			
PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2014	2015	2016

[Handwritten signature]



18 04 1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

RECEITAS CORRENTES (VIII)

Receita de Contribuições dos Segurados

Civil

Ativo

Inativo

Pensionista

Militar

Ativo

Inativo

Pensionista

Receita de Contribuições Patronais

Civil

Ativo

Inativo

Pensionista

Militar

Ativo

Inativo

Pensionista

Em Regime de Parcelamento de Débitos

Receita Patrimonial

Receitas Imobiliárias

Receitas de Valores Mobiliários

Outras Receitas Patrimoniais

Receita de Serviços

Outras Receitas Correntes

Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS

Demais Receitas Correntes

RECEITAS DE CAPITAL (IX)

--	--	--

[Handwritten signature] *PI.*

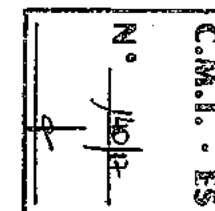
C.M.I. - ES
Nº 139/72
4

18 04 1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2014	2015	2016
ADMINISTRAÇÃO (XI)			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (XII)			
Benefícios – Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios – Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X – XIII)			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2014	2015	2016
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			

[Handwritten signatures]



18 04 1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

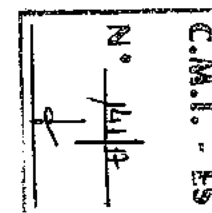
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)

FONTE:

Demonstrativos das PCA's (Prestações de Contas Anuais do Município de Itarana)

ITARANA-ES 26 de setembro de 2017.


ADEMAR SCHNEIDER
Prefeito Municipal



18 04 1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
MUNICÍPIO DE ITARANA/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2018

Demonstrativo VII
 LRF, art. 4º, § 2º, inciso
 V

R\$ 1,00

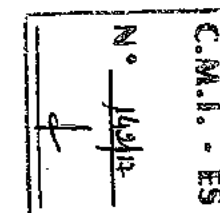
SETORES/PROGRAMAS/ /BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO	
	Tributo/Contribuição	2018	2019		2020
	IPTU	0,00	0,00	0,00	
	ITBI	0,00	0,00	0,00	
	ISS	0,00	0,00	0,00	
	Taxas	0,00	0,00	0,00	
	Cont. de Melhoria	0,00	0,00	0,00	
	Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	
TOTAL		0,00	0,00	0,00	

FONTE:

Informamos que a Prefeitura Municipal de Itarana, atendendo ao disposto no art. 4 § 2º, Inciso V, da LRF Lei de Responsabilidade Fiscal, não pretende efetivar nenhum tipo de renúncia de receita compreendida como incentivos fiscais, anistias, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições.

ITARANA-ES 26 de setembro de 2017.


ADEMAR SCHNEIDER
 Prefeito Municipal



1S 04 1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
MUNICÍPIO DE ITARANA/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2018

Demonstrativo VIII

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

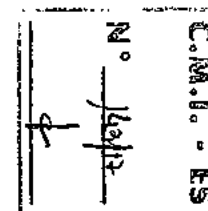
EVENTO	Valor Previsto 2018
Aumento Permanente da Receita	1.000.000,00
(-) Transferências constitucionais	550.000,00
(-) Transferências ao FUNDEB	250.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	200.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	200.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Impacto de Novas DOCC	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	200.000,00

FONTE:

Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura Municipal de Itarana/ES

ITARANA-ES 26 de setembro de 2017.


ADEMAR SCHNEIDER
Prefeito Municipal



IS 04 1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

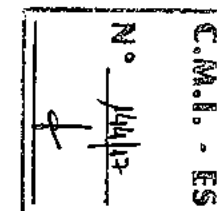
**MUNICÍPIO DE ITARANA/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2018**

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	0,00	Abertura de Créditos Adicionais	430.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		
Avais e Garantias Concedidas	0,00		
Assunção de Passivos	430.000,00		
Assistências Diversas	0,00		
Outros Passivos Contingentes	0,00		
SUBTOTAL	430.000,00	SUBTOTAL	430.000,00

[Handwritten signature] *[Handwritten initials]*



18 04 1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	430.000,00	TOTAL	430.000,00

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Itarana/ES

O aumento do salário mínimo federal, implicará negativamente nas contas públicas do município, uma vez que irá atingir uma faixa maior da tabela padrão salarial da Prefeitura Municipal. Além disso, a possibilidade de correção da tabela de padrão salarial da prefeitura irá aumentar as despesas correntes do município, apesar de não ultrapassarem o limite de gastos com pessoal estabelecido pelos art. 19 e 20 da Lei 101/00.

ITARANA-ES 26 de setembro de 2017.


ADEMAR SCHNEIDER
 Prefeito Municipal

